

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 087/088

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 07: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 01: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati..

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE JUNHO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Carlos Simões e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requero verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Vinte e dois senhores deputados aprovam; nenhum senhor deputado rejeita.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Ofício nº 171/2000

Curitiba, 23.06.2000.

Senhor Presidente.

Pelo presente, comunicamos a Vossa Excelência que, a partir desta data, efetuei meu desligamento do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

Sendo o que temos para a oportunidade, firmamos nos atenciosamente.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Ofício

Curitiba, em 26.06.2000.

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico, a Vossa Excelência que estou filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, e a partir da presente data faço parte da Bancada do PTB com assento nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei nº 091/2000, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1240

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 553/2000 ao Projeto de Lei nº 629/2000, que tem por objetivo criar a Ciretran de Marialva.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1234

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 144/2000, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma dos Artigos 34, 35, 39 e 132, § 3º, III, do Regimento Interno, REQUER a instituição de “Comissão Especial”, com a finalidade de elaborar projeto de “Reestruturação do Sistema Prisional do Estado do Paraná”, no prazo de 60 (sessenta) dias.

A comissão será integrada por 3 (três) deputados e terá como integrantes técnicos um representante de cada uma das seguintes Secretarias de Estado: Justiça e Cidadania, Segurança Pública, Obras e, a convite, um representante de cada uma das seguintes instituições: Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR, Pastoral Carcerária e Sindicato dos Agentes Penitenciários.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O país vive crise na segurança pública sem precedentes. A tragédia transmitida ao vivo no seqüestro do ônibus no Rio de Janeiro, há poucos dias, simbolizou a cadeia de violências, atrocidades, rebeliões e fugas em presídios e cadeias, despreparos, omissões, incompetência e levou o governo federal a dar uma resposta ao reclamo social por mais segurança pública.

O que foi feito com a apresentação, no último dia 20, do Plano Nacional de Segurança Pública, representado por um pacote com mais de 100 medidas de combate à violência. Sabemos não existirem medidas capazes de combate à violência como num passe de mágica, pois esse está intimamente ligado à questão social. E o plano ora proposto depende de aprovação de inúmeras outras leis para ser colocado em prática em sua totalidade.

Para viabilizar o plano, nas medidas que independem de leis, o governo federal terá de contar com a participação efetiva dos estados e esses, como consequência, terão de assumir compromissos, a curto, médio e longo prazo. Entre as principais medidas encontramos o “descontingenciamento total dos recursos do Fundo Penitenciário, que remanejará este ano R\$100 milhões para permitir que os estados ampliem em 8.500 vagas no sistema carcerário”. Ou seja, o governo vai desbloquear as verbas previstas para a construção de penitenciárias estaduais, sendo seu objetivo atingir 25 mil vagas até 2002. O que viria ajudar a desafogar o sistema prisional do país, hoje sem condições de solucionar o grave e desumano problema da superlotação dos presídios e cadeias.

Não bastasse esses motivos para que o Paraná, de imediato pense em reestruturar o seu sistema prisional, recentemente ocorreu uma rebelião na principal penitenciária do Estado - PCE, que destruiu metade de suas instalações (em especial as destinadas à socialização dos presos). Para sua recuperação destinou o governo estadual verba de mais de dois milhões. Recurso que deve ser aplicado, não para recuperar um velho e ultrapassado complexo, mas na modernização do sistema. Como separação dos presos por critérios de periculosidade, de recuperabilidade, etc, construção de oficinas que profissionalizem os detentos em conserto de equipamentos eletrônicos, etc.

A “Reestruturação do Sistema Prisional” se faz necessário, como medida de máxima urgência, e que foi esquecida pelo Plano Nacional de Segurança Pública, para projetar e implantar a retirada das cadeias dos centros das cidades, através da construção de “cadeias metropolitanas”. Com tal medida serão evitadas fugas de presos, e tantos outros problemas que geram hoje tanta insegurança aos cidadãos.

Lembramos que, através de um projeto de “Reestruturação do Sistema Prisional”, adequado às nossas necessidades, o Paraná estará apto para receber os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. E, concluindo, ressaltamos que o Poder Legislativo não pode cometer o crime de omissão contra o povo paranaense. Necessita participar, de forma efetiva, no processo de resgate da segurança pública. Resolver a questão do sistema prisional, uma das medidas para se alcançar esse objetivo.

REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Rádio Clube Paranaense, alusivos ao seu 76º aniversário de fundação, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência, ao superintendente senhor Vicente Mickosz, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Rockefeller, 1311, CEP 80230-130, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1245

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, SEB, alusivos a passagem do 57º aniversário de sua fundação, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência, ao presidente senhor André Zacharow, através de corre-

spondência a ser encaminhada a Rua Augusto Stelfeldt, 1908, CEP 80430-140, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, alusivos a certificação pelas normas ISO 14001 e OHSAS 18001, que ocorrerá no próximo dia 27 de junho.

Requer ainda que do presente se de ciência, ao superintendente senhor Luiz Eduardo Valente Moreira, através de correspondência a ser encaminhada a BR-476, Km 16, Rodovia do Xisto, CEP 83700-970, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1248

Senhor Presidente.

O deputado que o este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rádio Clube Paranaense, pela comemoração de seus 76 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube Paranaense, a mais antiga do nosso Estado está comemorando 76 anos de fundação.

Em uma época em que rádio era coisa de amigos, que se reuniam e resolviam fundar uma emissora, originando os clubes e sociedades que deram os nomes às diversas emissoras no Brasil, os amigos Fido Fontana, Lívio Gomes de Moreira e João Alfredo Silva se reuniam em junho de 1924 com um único objetivo: colocar a rádio Clube no ar.

Às 11 horas do dia 27 de junho daquele ano, quando Curitiba tinha apenas 70.000 habitantes, a Rádio fez a sua primeira transmissão, através de um aparelho com a irrisória potência de 3 watts (hoje, são 50 mil quilowatts) instalado na casa do Lívio, situação que permaneceu até 1926, quando a rádio obteve licença para o seu funcionamento definitivo e foi instalada numa pequena sala do sótão do Clube Curitibano.

Desde então, a Rádio teve diversas sedes. Da mansão das Rosas à residência de Lívio Moreira, e do Clube Curitibano ao Alto São Francisco, no prédio cedido pelo Governo onde hoje funciona a União Cívica Feminina. Atualmente, a B-2 ocupa um equipado prédio no bairro do Rebouças.

Durante mais de duas décadas, a Rádio Clube foi a única emissora de Curitiba, pois apenas na década de 40

surgiu a Rádio Marumby e em seguida a Rádio Guairacá. Nesta época, um dos programas de maior repercussão era a Revista Matinal, comandado por Artur Souza e que ficou no ar por 29 anos. Além, disso, a Rádio Clube mantinha na programação 14 novelas diárias e os louváveis programas de auditório com uma audiência quase unânime.

Na época de ouro, a Rádio Clube, além de valorizar seu staff, trouxe para seus microfones muitos nomes famosos como Orlando Silva, Ataulfo Alves, Dalva de Oliveira, Gregório Barros, Nuno Roland, Tito Schipa, Carlos Galhardo, Vicente Celestino, Emilinha Borba, Marlene e outros.

A Clube foi também pioneira na transmissão esportiva no Paraná, quando transmitiu pela primeira vez um Atletiba, em dois de setembro de 1934. Ainda, carrega o trunfo de já ter transmitido os jogos de todas as copas do mundo. No radioteatro, clássico da década de 50, a B-2 também teve os seus dias de glória e transmitiu pela primeira vez a Ceia dos Cardeais, de Julio Dantas, tendo como participantes três intelectuais de Curitiba, um dos planos da emissora é trazer à tona programações semelhantes à radionovela, mas a “novidade” ainda não tem data para ir ao ar.

A Emissora é mantida atualmente pela Fundação Nossa Senhora do Rocio, cuja Diretoria é composta por Euro Brandão(presidente), Luiz Afonso Capilhone (vice-presidente) e pelos conselheiros José Geraldo Lopes de Noronha, Lourival Scheidweiller e Robson Sacárdua. O superintendente da Rádio é Vicente Mickosz, que trabalha há 40 anos na Rádio Clube. O objetivo da Fundação é propugnar a formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro. Por isso a programação da Rádio atualmente baseia-se no tripé “formação informação e lazer, dentro de uma filosofia cristã”.

A Fundação está ligada à Congregação dos Irmãos Maristas e abriga a emissora AM, que transmite em ondas médias e curtas, da Clube Paranaense, além da FM Clube. A B-2 possui mais de 70 colaboradores, entre jornalistas, profissionais da comunicação e funcionários técnico-administrativos.

Desde a sua fundação, a Rádio Clube se destacou pela preocupação de bem informar. Hoje integra a Rede Católica de Rádio, RCR, junto com outras 170 emissoras. É uma das Rádios mais ouvidas do Estado do Paraná e da nossa Capital.

Pela comemoração de seus gloriosos 76 anos, receba a Rádio Clube Paranaense (Rua Rockefeller, 1311, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

Instituto dos Advogados do Paraná, pela comemoração de seus 83 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto dos Advogados do Paraná, está comemorando seus 83 anos de fundação. Fundado em 10 de junho de 1917, foi seu primeiro presidente o doutor Pamphilo de Assumpção, seguido pelo doutor Arthur Ferreira dos Santos, figurando ainda em seus quadros nesses oitenta e três anos, juristas como o doutor Laertes Munhoz, cujo centenário de nascimento está sendo comemorado neste ano, o professor Oscar Martins Gomes, professor Rocha Loures, doutor Francisco Cunha Pereira, professor Egas Moniz de Aragão, professor Alcides de Munhoz Neto, professor José Lamartine.

O instituto constitui-se em entidade cultural dos advogados, publicando com regularidade revista eminentemente doutrinária. Atualmente, seu presidente é o advogado Manoel Diniz Neto.

Pela comemoração de seus 83 anos, receba o Instituto dos Advogados do Paraná (Rua Cândido Lopes, 128 - 10º andar - Curitiba), através de seu presidente doutor Manoel Diniz Neto, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1250

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Paulo Pimentel, pela premiação recebida pelo Rotary Club de Curitiba Leste - troféu José Wanderley Dias.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O empresário e jornalista Paulo Cruz Pimentel, diretor-presidente do Grupo Paulo Pimentel, foi homenageado ontem com o troféu José Wanderley Dias - um reconhecimento ao jornalista destaque do ano. Iniciativa do Rotary Club de Curitiba Leste, o prêmio foi entregue durante almoço de confraternização realizado na sede do próprio clube, no bairro Ahú.

De acordo com o presidente do Rotary Leste, o prêmio é um reconhecimento ao jornalismo que Paulo Pimentel vem realizando com criatividade e dinamismo e também ao caminho que desenvolveu desde que foi governador e deputado federal.

Ao doutor Paulo Pimentel (Rua João Tscharnnerl, 800 - Mercês - CEP: 80820-010 - Caixa Postal: 869), pela merecida premiação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1235

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao senhor Pedro de Nadai, morador de Foz do Iguaçu, onde exerce funções de destaque na cidade.

Exercendo sua atividade empresarial no setor hoteleiro com dedicação e competência Pedro de Nadai tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de nossa comunidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1236

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, voto de louvor ao senhor tenente coronel da Polícia Militar Renato Peres, morador de Foz do Iguaçu, onde por longos anos exerce suas funções com destaque em favor de sua cidade.

No exercício de suas atividades como policial militar, o tenente coronel Renato Peres foi além de suas funções contribuindo significativamente com a sociedade iguaçuense colaborando dessa forma para o desenvolvimento de sua comunidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1237

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de louvor ao senhor Celestino Rorato, morador de Foz do Iguaçu, que com denodo e dedicação tem batalhado pelo desenvolvimento de seu município.

Celestino Rorato exerceu atividade de grande importância na área da agricultura, e sua dedicação e competência tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de sua comunidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de louvor ao senhor Etelvino Salvati, morador de Foz do Iguaçu, por seu destaque como agricultor e empresário do setor hoteleiro no município.

Exercendo a atividade como agricultor e empresário do setor hoteleiro, foi um dos pioneiros na área de hotelaria em Foz do Iguaçu, e com sua dedicação e competência têm contribuído significativamente para o desenvolvimento de sua comunidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1253

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário-chefe da Casa Civil, senhor José Cid Campêllo Filho, e o diretor presidente da Sanepar, senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, para que informe a esta Casa de Leis se está em andamento (ou em preparação) um processo para venda de ações da Companhia e, em caso positivo, quantas ações deverão ser vendidas.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) HERMES FONSECA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 215/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Poderão ser explorados, exclusivamente, pela Loteria do Estado do Paraná - Serlopar, sem prejuízo de outras modalidades, as seguintes modalidades de Concurso de Prognósticos Numéricos.

I - Bingo Tradicional Permanente, que consiste na realização de sorteios aleatórios, de números de 01 a 90, que serão alinhados em cartelas, com extrações sucessivas, até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente determinado, sendo a premiação mediante rateio, de um percentual da renda bruta.

II - Bingo Similar Itinerante, que consiste na realização de sorteios eventuais, fora de instalações específicas, sempre após análise e autorização especial da Sefaz/PR, e utilizando processo de sorteio aleatório sem

contato humano, e com premiação exclusiva em bens ou serviços.

III - Máquinas Eletrônicas de Vídeo-Bingo, que consiste na utilização de máquinas eletrônicas, operando por sistema on-line e/ou off-line, com motivos de bingo, figuras ou símbolos, contendo gerador aleatório de sorteio, acionado diretamente, pelo apostador, mediante aposta em dinheiro, proporcionando prêmios em dinheiro, com utilização restrita exclusivamente as salas específicas, no prédio dos Bingos Tradicionais.

Art. 2º - Para exploração dos concursos descritos nos itens I, II e III do Art. 1º, o Serlopar deverá emitir concessões, terceirizar serviços e contratar operadores, desde que em consonância com a lei de concorrências, e de acordo com os parâmetros estabelecidos nos capítulos descritos mais adiante, nesta lei.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, estarão sem validade, todo e qualquer contrato anterior do Serlopar, que refira-se as modalidades descritas nos itens I, II e III do Art. 1º. Só terão validade contratos posteriores à regulamentação desta lei e com concorrência específica.

Art. 3º - Caberá exclusivamente ao Serlopar a regulamentação, a supervisão, a fiscalização e o controle financeiro destas concessões, terceirizações e contratos, assim bem como à responsabilidade perante os órgãos fiscalizadores do Estado do Paraná.

Art. 4º - Visando uma concorrência sadia que impeça práticas desleais, a instalação dos bingos obedecerá uma razão de 1 (um) bingo para cada 200.000 habitantes.

Capítulo I**Bingo Tradicional**

Art. 5º - Para exploração do Bingo Tradicional, visando à obtenção de recursos para fomentar o desporto, poderão credenciar-se para concessão de licença, as entidades de direção e prática desportiva, que cumprirem com as exigências dispostas nesta lei e de conformidade com legislação federal.

Art. 6º - Independente de qualquer exigência administrativa para licenciamento das entidades, considerar-se-á imprescindível que a requerente:

I - Seja filiada a entidade de administração em, no mínimo, 3 modalidades olímpicas.

II - Tenha atividade e efetiva participação em competições oficiais organizadas pela entidade a que estiver filiada, devendo comprovar participação na última competição oficial.

Parágrafo Único - Quando a requerente for entidade de direção, deverá comprovar sua filiação a entidade nacional ou internacional.

Art. 7º - A entidade requerente, se aprovada, será denominada Concessionária Mantenedora, que poderá subcontratar sociedades de capital privado, para exploração efetiva da atividade. A Concessionária Mantenedora, receberá pela cessão dos direitos exploratórios, um percentual da renda bruta, descritos a frente, em artigo específico.

Art. 8º - As entidades de direção ou prática desportiva, transformadas em Concessionárias Mantenedora, só poderão possuir três concessões por município, e no máximo em 3 municípios do Estado.

Art. 9º - Para cadastrar-se no Serlopar e possivelmente tornar-se Concessionária, as entidades, independente do previsto nos itens I, II e III do Art. 6º, deverão apresentar:

I - Prova de constituição e registro como Pessoa Jurídica;

II - Ata da eleição da Diretoria em exercício e seu registro;

III - Guia de pagamento da taxa incidente sobre o ato;

IV - Certidões negativas ou de situação fiscal referente a tributos federais, estaduais e municipais, observando o Art. 206 do Código Tributário Nacional;

V - Certidões negativas ou de situação previdenciária expedida pelo Órgão Federal competente.

VI - Certidão negativa criminal federal e estadual de todos os diretores da entidade;

VII - Projeto de fomento desportivo, com detalhamento de aplicação dos recursos a serem obtidos, abrangendo o tempo da concessão inicial, obrigatoriamente fiscalizado pelo Serlopar.

§ 1º - Toda vez que acontecerem mudanças totais ou parciais na direção das entidades, o Serlopar deverá ser informado em no máximo 30 dias, através de ofício que venha acompanhado das certidões descritas no item VI do Art. 9º.

§ 2º - O não cumprimento do previsto no parágrafo anterior, acarretará no cancelamento da concessão e no fechamento do estabelecimento, independente de recursos.

Art. 10 - Visando à amortização do investimento, a concessão inicial será de 4 anos, renováveis ao final, por 2 anos, sempre que se fizer necessário, e desde que cumpridas as exigências da lei.

Parágrafo Único - Para concessão da renovação automática, será imprescindível que 30 dias antes do vencimento, sejam apresentados todos os documentos constantes dos itens I, II, III, IV, V, VI e VII do Art. 9º, assim bem como relatório com descrição dos investimentos citados no projeto anterior e projeto referente as futuras aplicações.

Art. 11 - Para o credenciamento, as entidades deverão recolher previamente em conta bancária em favor do Serlopar, a importância de 1.500 UFIRs.

§ 1º - No caso do credenciamento não ser aprovado, esta importância não será devolvida, independente de recurso.

§ 2º - Para concessão da renovação automática, as entidades deverão recolher em conta bancária, em favor do Serlopar, no mesmo prazo do parágrafo único do Art. 10, a quantia de 1000 UFIRs.

Art. 12 - Depois da aprovação do credenciamento, as entidades terão no máximo 1 ano para apresentar o projeto de implantação do empreendimento, ou à empresa subcontratada para a exploração. Caso contrário, o credenciamento perderá seu efeito.

Art. 13 - As sociedades comerciais só poderão participar de até 2 subcontratos por município, e de até 4 municípios no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os quotistas das sociedades comerciais poderão participar de outras sociedades comerciais individualmente, mas não será permitido que o mesmo grupo de sócios participe de outras sociedades, além do limite previsto no Art. 13 desta lei.

Art. 14 - A empresa subcontratada, deve ser pessoa jurídica de direito privado, estabelecida no Paraná, que se cadastrará no Serlopar para análise, podendo não ser aprovada para execução dos serviços, sem que caiba recurso. Para essa análise, a empresa deverá apresentar as seguintes exigências:

I - Instrumento de constituição, e últimas alterações, se for o caso, cujo objeto social especifique a exploração de jogos, demonstrando capital social integralizado de 30.000,00 no mínimo e com data de constituição de no mínimo 12 meses anteriores.

II - Prova de registro no cadastro do Ministério da Fazenda e Inscrição Estadual.

III - Último balanço que antecedeu a data o pedido de credenciamento.

IV - Certidões negativas de tributos federais (INSS, FGTS, PIS) estaduais e municipais.

V - Certidão negativa de falência, concordata e protesto de título, da empresa e dos sócios.

VI - Certidão negativa do distribuidor do foro da sede da empresa, e dos sócios.

VII - Certidão negativa do órgão de proteção ao consumidor da sede da empresa.

VIII - Alvará Municipal.

IX - Alvará de funcionamento dos bombeiros.

X - Declaração de conhecimento e compromisso de cumprimento das disposições contidas nesta lei e na resolução de regulamentação.

XI - Comprovante do depósito de garantia, que trata o Art. 11 desta lei.

Art. 15 - Para resguardar o direito dos consumidores, e para cobrir despesas pendentes ou dívidas, a empresa cadastrada fará um depósito garantia, de 20.000 UFIRs, numa conta sob tutela do Serlopar, que permanecerá sob os juros da poupança, até o final da concessão.

Parágrafo Único - Na hipótese de que a empresa depositante não tenha seu cadastro aprovado, esta quantia será devolvida integralmente no momento da notificação da negatividade.

Art. 16 - Após a aprovação cadastral, a empresa subcontratada receberá o “Certificado de Credenciamento”, que será a autorização para funcionamento.

Art. 17 - O recebimento do “Certificado de Credenciamento” só será efetivado, contra apresentação do recibo de depósito em nome do Serlopar no valor de 10.000 UFIRs, referente ao pagamento do certificado para o prazo confectionado.

Parágrafo Único - A cada revalidação do certificado, será cobrado esta quantia como pagamento pela concessão.

Art. 18 - O Serlopar manterá uma cópia do contrato entre a entidade mantenedora e a sociedade comercial.

Art. 19 - A renúncia deste contrato, por qualquer das partes, levará ao cancelamento do “Certificado de Credenciamento”, até que sejam cumpridas todas as formalidades descritas nesta lei, pelas novas partes.

Art. 20 - No caso de mudança total ou parcial entre os quotistas da sociedade comercial, será reservado ao Serlopar o direito de cancelar o Certificado de Credenciamento, caso os novos quotistas não apresentem documentos que comprovem sua conduta ilibada.

Art. 21 - Não poderá receber credenciamento, e se já tiver, poderá ser cancelado, a entidade ou sociedade comercial que possua seus diretores ou sócios, condenados pelos crimes ou contravenções previstos:

- a) No Código Penal, Parte Especial, títulos II, IV, VI, X e XI.
- b) Na Lei das Contravenções Penais, Parte Especial, capítulos V, VI, VII e VIII.
- c) Na lei 8137 (Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo).
- d) Na Lei 8076 (Proteção ao Consumidor).
- e) Na Lei 8069 (Estatuto do Menor).
- f) Na Lei 8072 (Crimes Hediondos).

Art. 22 - Para a realização do bingo tradicional, sem prejuízo de outras normas regulamentares, o operador credenciado, obrigará-se a:

I - Instalar em sua sede, uma sala para a realização dos sorteios da loteria de bingo, com capacidade de, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) participantes sentados.

Art. 22 - Para a realização do bingo tradicional, sem prejuízo de outras normas regulamentares, o operador credenciado, obriga-se a:

I - instalar em sua sede, uma sala para a realização dos sorteios da Loteria de Bingo, com capacidade de, no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) participantes sentados;

II - com horário de funcionamento previamente determinado;

III - instalar equipamentos e sistema apropriados para a extração de números, mediante sistema aleatório e sem que haja contato humano e que assegure integral lisura aos resultados;

IV - instalar sistema de circuito fechado de televisão e de difusão de som, que permitam a todos os participantes perfeita visibilidade de cada procedimento dos sorteios e de seu permanente acompanhamento;

V - instalar sistema eletrônico de comprovada segurança que possibilite o total controle da arrecadação e do pagamento do prêmio;

VI - os sorteios deverão ser registrados em ata escrita simultaneamente com a sua realização ou por processo informativo que arquivem as informações pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias após a realização de cada sorteio;

VII - fica vedada a comercialização de cartelas fora do ambiente onde se realizam os sorteios.

Art. 23 - Entende-se por bingo tradicional permanente, o concurso de prognóstico numérico descrito no item I, do Artigo 1º, realizado em instalações permanentes, sendo possível a mudança de endereço no município, mas vedada a mudança intermunicipal.

Parágrafo Único - A mudança de endereço dentro do município, só será possível, depois de notificadas o Serlopar, que exigirá o cumprimento de todos os itens referentes a documentação e instalações, através da fiscalização.

Art. 24 - Para os sorteios do bingo tradicional, serão utilizados procedimentos de extração isentos de contato humano, com cartelas padrão único, seriadas e numeradas, de cores distintas para identificação do respectivo valor.

Art. 25 - As cartelas terão cores distintas, para os valores de R\$0,17 (dezessete centavos); R\$0,34 (trinta e quatro centavos); R\$0,50 (cinquenta centavos); R\$1,00 (hum real); R\$2,00 (dois reais); R\$3,00 (três reais); R\$5,00 (cinco reais); R\$10,00 (dez reais); R\$15,00 (quinze reais) e R\$18,00 (dezoito reais).

Art. 26 - Caberá, exclusivamente, ao Serlopar desenvolver, as cartelas dos Bingos Tradicionais.

Parágrafo Único - Será de responsabilidade da Serlopar o cumprimento das normas de segurança, que garantam confidencialidade e inviolabilidade na fabricação das cartelas.

Art. 27 - As cartelas, deverão ter o anverso com 27 quadrículas, sendo que 15 quadrículos preenchidos aleatoriamente com dezenas de 01 à 90, e 12 quadrículos sem numeração, e preenchidos com a sigla Serlopar.

§ 1º - O Serlopar, poderá utilizar a outra face da cartela, para desenvolver campanhas de marketing social.

§ 2º - Será totalmente vedada à utilização da cartela, para campanhas ou divulgação política.

§ 3º - O Serlopar, poderá utilizar o reverso da cartela, para marketing empresarial, desde que o faça por concorrência e que não utilize para divulgação de bebidas alcoólicas e cigarros.

§ 4º - Toda renda obtida nas transações de marketing, serão de ganho exclusivo do Serlopar, que os aplicará em projetos sociais.

Art. 28 - Será considerada irregularidade gravíssima, a utilização nos bingos tradicionais, de cartela de origem diversa da desenvolvida pelo Serlopar.

Parágrafo Único - Esta irregularidade, será penalizada com o fechamento do bingo por 7 dias, na primeira ocasião, e a cassação definitiva da concessão, no caso de reincidência, independente das ações policiais e judiciais por estelionato e falsificação.

Art. 29 - A renda bruta arrecadada em cada sorteio, terá a seguinte destinação:

60% para premiação, incluídas as parcelas correspondentes ao Imposto de Renda;

7% à Entidade Mantenedora;

28% a custos e lucros, a cargos da Sociedade Comercial exploradora.

Parágrafo Único - Entende-se por renda bruta, o total arrecadado com a venda das cartelas à cada sorteio.

Art. 30 - A título de remuneração, as sociedades comerciais credenciadas, recolherão, até o terceiro dia útil de cada mês, em conta bancária a favor do Serlopar, os valores abaixo, respectivos a capacidade de apostadores sentados de cada bingo, independente de seu movimento mensal:

a) 250 a 400 cadeiras	6.000 UFIR's/Mês
b) 401 a 500 cadeiras	8.000 UFIR's/Mês
c) 501 a 600 cadeiras	12.000 UFIR's/Mês
d) 601 a 700 cadeiras	15.000 UFIR's/Mês
e) 701 a 800 cadeiras	18.000 UFIR's/Mês

f) Acima de 801 cadeiras	23.000 UFIR's/Mês
--------------------------	-------------------

§ 1º - Para efeito de totalização das cadeiras, previsto neste artigo, serão consideradas as cadeiras para jogadores do bingo tradicional, mais as utilizadas para uso nos terminais de computadores.

§ 2º - O atraso no recolhimento do valor de remuneração, acarretará em multa de 20%, mais juros diários de 0,15%.

Art. 31 - Como tributo as prefeituras municipais, onde os Bingos Tradicionais estiverem estabelecidos as sociedades comerciais credenciadas, recolherão aos cofres municipais, até o 3º dia útil de cada mês, os valores abaixo, respectivos a capacidade de apostadores sentados de cada bingo, independente de seu movimento mensal..

a) 250 a 400 cadeiras	3.000
b) 401 a 500 cadeiras	4.000
c) 501 a 600 cadeiras	6.000
d) 601 a 700 cadeiras	7.000
e) 701 a 800 cadeiras	8.000
f) Acima de 801 cadeiras	9.000

§ 1º - Para efeito de avaliação de tributo, e apenamentos por atrasos, serão adotados os mesmos critérios descritos nos §§ 1º e 2º todos do Art. 30, desta lei.

§ 2º - Para surtir os efeitos punitivos, à prefeitura credora, deverá informar, através de ofício, o Serlopar e a Comissão Especial Suprema, que terão 48 horas após o recebimento, para notificar a sociedade comercial, sobre as medidas tomadas.

Art. 32 - Os sorteios do bingo tradicional, resume-se exclusivamente à:

I - prêmio de linha - quando são sorteadas todas as dezenas que compõem uma das linhas da cartela;

II - prêmio de bingo - quando são sorteadas todas as dezenas que compõem uma cartela;

III - prêmio extra-bingo - quando são sorteadas as dezenas que compõem uma cartela, até no máximo a quinquagésima extração;

IV - bingo acumulado - quando são sorteadas todas as dezenas que compõem uma cartela, até no máximo a quadragésima extração.

Parágrafo Único - Os prêmios descritos nos itens III e IV, são acumulativos com os prêmios da rodada normal.

Art. 33 - A premiação líquida de cada sorteio será desdobrada da seguinte maneira:

I - 75% (setenta e cinco por cento) ao prêmio de bingo;

- II - 20% (vinte por cento) ao prêmio de linha;
- III - 3% (três por cento) ao prêmio extra-bingo;
- IV - 2% (dois por cento) ao prêmio bingo acumulado.

Parágrafo Único - Entende-se por renda líquida, a cota de 65% da renda bruta, extraindo-se o percentual devido ao Imposto de Renda.

Art. 34 - O prêmio extra-bingo, compõem-se do acumulado diário de 3% da renda líquida de cada sorteio, que deverá ser sorteado no dia subsequente, sempre a partir da décima rodada, e na hipótese de não sair um contemplado, será premiado o vencedor da última rodada do dia, independente de quantas bolas sorteadas.

Art. 35 - O prêmio de bingo acumulado, compõem-se do acumulado do percentual de 2% (dois por cento) da renda líquida, dos sorteios.

Art. 36 - O prêmio de bingo acumulado ficará limitado à 30.000 UFIRs ou 4 meses, valendo o que acontecer primeiro. Quando acontecer esse caso, 50% do valor acumulado será destinado à Secretaria da Criança e Assuntos da Família, e os outros 50%, serão o início do novo acumulado.

Art. 37 - O montante do bingo acumulado, será depositado pelas sociedades comerciais, sempre no dia subsequente, ou no caso de sábados, domingos ou feriados, no primeiro dia útil, de atividade bancária.

Art. 38 - Para satisfazer o artigo anterior, deverá ser aberta no Banestado, uma "conta prêmio conjunta", entre o Serlopar e a sociedade comercial, sendo que o montante acumulado só poderá ser sacado nas hipóteses de prêmio alcançado, quando o apostador receberá um cheque nominal, com assinatura conjunta, neste caso o Serlopar deverá arquivar a cópia do cheque, com a qualificação do ganhador e a cópia da ata do sorteio que originou a premiação; ou quando não houver um ganhador, e as datas ou quantias máximas forem alcançadas, neste caso, o cheque com a metade do acumulado, será assinado em conjunto, para doação à entidade carente escolhida. Este deverá ser um ato público, com divulgação pela imprensa.

Art. 39 - Para demonstrar o cumprimento do previsto no Art. 37, cada ata de relatório diário, deverá ser arquivada com a cópia do recibo do depósito, sempre no valor integral para cada dia, e no prazo previsto no mesmo artigo.

§ 1º - O não cumprimento de valores e/ou prazos, acarretará em multas de 20% do valor, assim bem como juros de 1% ao dia.

§ 2º - A reincidência nos erros previstos no parágrafo anterior, acarretarão no fechamento por 7 dias,

e a repetição do ato falho acarretará no fechamento por 30 dias. A nova reincidência acarretará o fechamento definitivo do bingo.

§ 3º - Para fiscalizar esta parte financeira, o Serlopar deverá proceder visitas periódicas e inopinadas, com relatórios específicos, que depois serão avaliados por possíveis auditorias, que poderão detectar possíveis omissões nas fiscalizações.

Art. 40 - Fica definitivamente vedada a instituição de prêmios para os sorteios, que extrapolem o valor arrecadado por partida, salvo os estipulados nesta lei.

§ 1º - A sociedade comercial, visando o incentivo, poderá proceder sorteios, com premiação exclusiva em bens ou serviços, em qualquer período do dia, no entanto sem abater de nenhum prêmio previsto e sem ônus para Serlopar ou Entidade Mantenedora.

§ 2º - No caso destas premiações extraordinárias, elas deverão ser descritas na ata diária, relatando o prêmio, o modo de premiação, e a qualificação do ganhador.

Art. 41 - Os bingos tradicionais poderão dispor de terminais de computadores para uso do apostador, desde que sigam aos itens abaixo:

I - cada jogador poderá comprar em máximo de 600 cartelas computadorizadas por sorteio.

II - a parte restrita aos computadores, deverá estar dentro do ambiente das extrações, mas nunca numa área específica.

III - cada bingo tradicional, poderá ter um número máximo de computadores na sala, igual a 25% do número registrado de participantes sentados.

Art. 42 - Para efeito de avaliação estatística e visando projetos futuros os bingos deverão proceder a confecção de Atas para cada sorteio, e relatórios semanais, mensais e anuais onde deverão citar:

I - número da extração diária.

II - número de cartela vendidas.

III - número de computadores funcionando.

IV - número total de cartelas computadorizadas vendidas.

V - valores de premiação por prêmio.

VI - e o número da bola, respectiva a premiação paga.

Parágrafo Único - Esses relatórios deverão ser enviados ao Serlopar, que terá a responsabilidade de guarda-los por no mínimo de 2 anos, assim bem como compilá-los a nível municipal e estadual, para que os dados sirvam de base para avaliação futuras.

Capítulo II

Bingo Similar Itinerante

Art. 43 - Entende-se por bingo similar itinerante, qualquer modalidade de Concurso de Prognóstico Numérico, que utilize cartelas pré-impressas com

números ou símbolos, seqüências numéricas de 01 a 90; quina de dezena, sena de dezena, e utilizando instalações temporários, podendo ser realizado em qualquer município do Estado.

§ 1º - Esses sorteios poderão estar ligados à eventos esportivos ou religiosos.

§ 2º - Para esses sorteios, poderão ser usados estágios, ginásios ou áreas de exposição.

§ 3º - Essas cartelas poderão ser vendidas em qualquer parte do estado do Paraná.

Art. 44 - No bingo similar, a premiação será sempre em bens materiais, ou serviços.

Art. 45 - A utilização da imagem dos ganhadores para fins publicitários, será sempre arbítrio do ganhador, que deverá autorizar por escrito, à veiculação de imagens.

Art. 46 - Para a realização dos bingos similares, as entidades desportivas ou de direção, poderão credenciar-se para tornarem-se Entidade Mantedora, desde que cumpram todas as exigências solicitadas aos critérios para o bingo tradicional.

Art. 47 - As Entidades já credenciadas para o bingo tradicional, também poderão solicitar seu credenciamento para o bingo similar, desde que cumpram as seguintes exigências:

I - já tenham implantado seu projeto de bingo tradicional, com no mínimo de 120 dias de funcionamento.

II - apresentarem um novo projeto de investimento, distinto do fornecido pelo bingo tradicional.

III - cumprir com todas as exigências descritas nos artigos 6º e 9º.

IV - recolher previamente em conta bancária a favor do Serlopar, a importância de 1.000 UFIRs, que no caso de não aprovação não serão devolvidos.

Art. 48 - No caso de aprovação, a entidade será concessionada por 2 anos para exploração do bingo similar, renováveis ao final, por 2 anos, sempre que se fizer necessário, e desde que cumpridas as exigências da lei.

§ 1º - Para renovar a concessão, automaticamente, a entidade deverá proceder como descreve o parágrafo único do artigo 10 desta lei.

§ 2º - Depositar em favor do Serlopar a quantia de 1000 UFIRs.

Art. 49 - A concessionária, poderá sub-contratar Sociedades Comerciais para execução dos jogos.

Parágrafo Único - Esta contratação poderá ser feita, um para cada evento, ou uma exclusiva, pelo período concessionado.

Art. 50 - As sociedades comerciais contratadas, exclusivas ou temporariamente, deverão apresentar-se ao Serlopar, para cadastrar-se, munidas de toda documentação exigida para a sociedade comerciais no bingo tradicional.

Parágrafo Único - No caso da sociedade comercial ser a mesma que explora o bingo tradicional, o seu capital social não poderá ser cumulativo, exigir-se-á que o capital social registrado, seja no mínimo o dobro do exigido no bingo tradicional.

Art. 51 - Depois de cadastrado, a sociedade comercial deverá apresentar o projeto do jogo, para análise do Serlopar, que exigirá detalhadamente:

I - especificação do tipo de jogo, e tipo de extração.

II - qualidade de cartelas e preço de venda.

III - estudo probalístico do jogo, assinado por um matemático.

IV - projeto de segurança para emissão de bilhetes ou cartelas e seus respectivos lay-outs.

V - grade de premiação, com respectivos valores dos prêmios oferecidos.

VI - definição da data e do lugar onde se realizará o evento.

VII - demonstrativo de premiação, que comprove a devolução em prêmios de no mínimo 55% da renda bruta das séries postas à venda.

VIII - cópia da notificação a Polícia Militar, DOPS e Bombeiros, que participe da realização do evento, com os respectivos pareceres, que não se oponham.

IX - declaração assinada, reconhecida e com testemunhas, de que tem conhecimento e concorda com todas as regras descritas nesta lei.

X - carta de fiança bancária, do Banestado, no valor de 50.000 UFIRs, que será a garantia da total lisura por parte da Sociedade Comercial, e que será devolvida pela Serlopar, após a entrega do último prêmio relacionado no projeto do jogo, assim bem como o pagamento dos percentuais devidos a entidade e a Serlopar.

Art. 52 - Será de total e exclusiva responsabilidade da sociedade comercial, a segurança interna das instalações, pessoas e equipamentos na área dos eventos.

Art. 53 - O Serlopar, só poderá receber o previsto no artigo 50, de uma só vez, e acompanhado do depósito bancário em nome de Serlopar, da quantia de 3000 UFIRs, como pagamento pela autorização do evento.

Parágrafo Único - No caso de não aprovação da autorização para o evento, este depósito será devolvido integralmente.

Art. 54 - Depois de receber toda a documentação, o Serlopar deverá encaminhar o projeto do jogo à Universidade Federal do Paraná, para que as cadeiras de

matemática e probalística, dêem seus paraceres, tudo isto no prazo de 15 dias.

Art. 55 - No caso do parecer ser favorável, o Serlopar deverá encaminhar uma cópia do mesmo, junto com o projeto do jogo, e uma cópia dos documentos de qualificação da empresa e suas respectivas certidões, à Secretaria Estadual da Fazenda.

Art. 56 - Visando proteger o cidadão e resguardar a imagem do Serlopar, evitando a reincidência dos desagradáveis fatos de falta de premiação a ganhadores, a Sefaz/PR, deverá exigir da sociedade comercial pretendente:

I - a nota fiscal de compra de todos os bens e serviços descritos na premiação.

II - a declaração reconhecida em cartório, dos vendedores e da sociedade comercial, que aqueles bens ou serviços adquiridos, estarão sob "Depósito Fiel", e que só poderão ser liberados, com autorização específica da Sefaz/PR.

III - guia de recolhimento do Imposto de Renda devido, relativo ao quinhão da premiação, conforme descrita na Lei Federal de Prêmios Lotéricos.

Parágrafo Único - A Sefaz poderá exigir o depósito de todos os bens ou serviços descritos como prêmio, em suas instalações e sob sua responsabilidade. Esta exigência será arbítrio da Sefaz/PR, em função de suas análises.

Art. 57 - Quando as extrações para premiação não forem realizadas com base na Loteria Federal, o Serlopar e a Sefaz deverão indicar um auditor cada um, para acompanhar o evento, e atestar a seriedade e lisura da extração.

Art. 58 - A realização do evento, deverá ser toda resguardada em ata específica, narrando o desenrolar do jogo, seus ganhadores e respectivos prêmios.

Art. 59 - Esta deverá ser mandada ao Serlopar, até 2 dias úteis após o evento, que após conferi-la e averbá-la, encaminhará cópia a Sefaz, para liberação dos prêmios aos respectivos ganhadores.

Art. 60 - A Sefaz/PR, mediante recebimento de documentação da Serlopar, liberará os prêmios a seus respectivos ganhadores, que poderão retirá-los na própria Sefaz/PR, ou no Fiel Depositário.

Parágrafo Único - O Depositário Infiel, arcará com as custas da reposição total do bem, assim bem como com todas as penalizações jurídicas atribuídas ao fato.

Art. 61 - Os prêmios poderão ser retirados pelos ganhadores, até 180 dias após a data do evento.

Parágrafo Único - Os prêmios não reclamados no prazo acima, serão doados a Secretaria da Criança e

Assuntos da Família, que poderá usá-los ou leiloá-los beneficentemente.

Art. 62 - As entidades comerciais, só poderão realizar até 3 sorteios anuais.

Art. 63 - No reverso das cartelas deverão vir transcritos o regulamento do concurso.

Art. 64 - Somente após aquiescências da Sefaz/PR e com autorização do Serlopar, poderão ser fabricadas as cartelas, divulgado sorteio na mídia e vendidas as cartelas.

Art. 65 - Entende-se por renda bruta, o valor de face das cartelas, multiplicado pelo número de séries e de cartelas, aprovado no projeto.

Art. 66 - A renda bruta será dividida em:

I- 55% para premiação e imposto.

II - 7% para entidade.

III - 3% para Serlopar.

V - 3% para Prefeitura Municipal.

V - 32% para custos e lucros da sociedade.

Capítulo III

Máquinas Eletrônicas de Vídeo-Bingo

Art. 67 - São equipamentos eletrônicos microcontrolados, com um ou mais sorteios por jogada, efetuada por programa pré-concebido e gerenciado por um sorteador aleatório, imune a ingerências externas, em que o resultado é instantâneo, e considerado em função de combinações de figuras ou símbolos.

Art. 68 - Esses equipamentos poderão ser acionados por dinheiro, fichas ou cartões, e o pagamento, no caso de premiação, será imediata e em dinheiro ou seu equivalente.

Art. 69 - Os equipamentos deverão assegurar total proteção ao usuário, operador e técnico, contra riscos elétricos, mecânicos ou físicos.

Art. 70 - Esses equipamentos deverão possuir dispositivos mecânicos e eletrônicos, capazes de fornecer as seguintes informações auditáveis:

I - quantidade de créditos apostados, parcial e acumulado.

II - quantidade de créditos pagos, parcial e acumulados.

III - quantidade de jogadas efetuadas.

IV - quantidade de jogadas premiadas.

Art. 71 - Todos os equipamentos devem assegurar estatisticamente, uma devolução mínima de 85% no total de créditos apostados.

§ 1º - Para efeito de avaliação estatística, não poderão ser consideradas as quantidades de jogadas premiadas.

§ 2º - Estes equipamentos deverão ter seus relatórios analisados mensalmente, para comprovação do previsto no artigo anterior.

Art. 72 - Os equipamentos poderão ter acumulador de prêmio, para jogada especial.

Art. 73 - Esses equipamentos poderão funcionar no sistema on line ou off line.

§ 1º - Entende-se por off line, os equipamentos que segundo entende-se por on line, o sistema em que todos os equipamentos funcionarem sem conexão com outros.

§ 2º - Operantes no mesmo bingo, estejam interligados, concorrendo para um acumulado central, independente do acumulador individual de cada máquina.

Art. 74 - No sistema on line, na sala das máquinas e em qualquer outra dependência do prédio, deverão ser fixados quadros eletrônicos progressivos para o acumulado, e a respectiva descrição de como alcançá-lo.

Art. 75 - Esses equipamentos só poderão ser usados em salas exclusivas e específicas, dentro do prédio do bingo tradicional, sendo admissível no mesmo espaço físico, somente bares.

Art. 76 - As salas de máquinas não poderão ter nenhuma visão da rua, e não poderão ser vista de fora do prédio, em hipótese alguma.

Art. 77 - É vedada a utilização destes equipamentos em áreas do bingo similar, em qualquer hipótese.

Art. 78 - Somente poderão credenciar-se para exploração destes equipamentos, as entidades já concessionárias do bingo tradicional, devendo recolher em conta bancária, a favor do Serlopar, a importância de 1000 UFIRs, como pagamento pelo credenciamento.

Art. 79 - Os bingos tradicionais, poderão utilizar no máximo 100 máquinas por bingo, independente de quantas salas forem usadas.

Parágrafo Único - Do total de máquinas instaladas em bingo tradicional, 80% deverão ser operados pelo sistema off line, o restante deverá estar ligado no sistema on line.

Art. 80 - O Serlopar definirá através de resolução específica, as normas detalhadas para o licenciamento dos equipamentos.

Art. 81 - Visando o incentivo acadêmico, e a criação de uma área de atividade, far-se-á necessário um laudo técnico e probalístico da cadeira específica, da Uni-

versidade Federal do Paraná, para todos os tipos ou modelos de máquinas.

Parágrafo único - Estarão isentas do previsto no *caput* deste artigo, as máquinas que possuem laudos técnicos proferidos pelas universidades federais, dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Unicamp, PUC/RJ e PUC/SP.

Art. 82 - Após avaliação técnica da UFPR, ou da apresentação dos laudos descritos no § 1º do artigo 81(a), o Serlopar deverá notificar a Seção de Londrina/PR do Instituto de Criminalística do Paraná, que fará o exame probatório do lote das máquinas apresentadas pelo fornecedor, atestando serem todas idênticas (fisicamente, simbolicamente e percentualmente) a aquelas dos laudos apresentados.

Parágrafo Único - Para execução destes serviços, o fornecedor remunerará o instituto em 130 UFIRs por máquina.

Art. 83 - Visando impedir monopólio e a cartelização do mercado, deverão ser relacionadas, 7 empresas fornecedoras, que explorarão equitativamente as máquinas nas salas.

Parágrafo Único - As sociedades comerciais, subcontratadas para exploração dos bingos tradicionais, não poderão arbitrar por exclusividade de empresas, nem pela exclusão de empresa. Todas as empresas credenciadas terão o arbítrio de participar ou não com seu quinhão.

Art. 84 - Para candidatar-se a seleção, as empresas deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - instrumento de constituição da empresa, com suas respectivas alterações, cujo objetivo social especifique a exploração de jogos eletrônicos, com capital social integralizado mínimo de R\$1000.000,00, e a data de criação com no mínimo 24 meses de antecedência;

II - CNPJ atualizado;

III - dois últimos balanços;

IV - demonstrar através de nota fiscal de compra, a propriedade das máquinas; ou através de contrato de locação, ser arrendatário das máquinas;

V - quando tratar-se de máquina de procedência estrangeira, deverão ser apresentadas cópias de toda documentação de importação, com termo de compromisso atestando a classificação, correta do bem importado, a existência das DI's no Siscomex/MF, e data da importação anterior a vigência da INSRF 126 e 172, ou nos casos de decisões judiciais ou liminares vigentes específicas, a cópia das mesmas;

VI - laudo técnico;

VII - certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais;

VIII - certidões negativas da Previdência;

IX - certidões negativas do distribuidor do foro da sede da empresa e dos sócios;

X - certidão negativa de protesto da sede da empresa e dos sócios;

XI - declaração de conhecimento e compromisso de cumprimento das disposições desta lei e de sua regulamentação.

XII - comprovante do depósito bancário a Serlopar, no valor de 10.000 UFIRs como pagamento da concessão.

Parágrafo Único - Caso o cadastramento não seja aprovado, este valor será devolvido.

Art. 85 - As empresas cadastradas e aprovadas, serão consideradas fornecedores, e deverão indicar suas máquinas à Serlopar, para comprovação.

Art. 86 - Para definir as empresas relacionadas no artigo 83 desta lei, em caso de vários interessados, o Serlopar deverá adotar o seguinte critério de pontuação:

- I - empresa 100% nacional.....100 pontos
 - empresa com capital estrangeiro e controle nacional.....60 pontos
 - empresa com capital estrangeiro.....30 pontos
- II - empresa com capital social acima do mínimo
 - para cada 200.000 UFIR's a mais.....10 pontos
- III - empresa com máquinas, exclusivamente fabricadas no Brasil.....30 pontos
- IV - empresa estabelecida neste segmento econômico para cada ano civil a mais, na fundação.....5 pontos
- V - empresa com quantidade de máquinas, com disponibilidade imediata de emprego, para cada 200 máquinas.....20 pontos

As empresas escolhidas serão as que somados todos os pontos, consigam a maiores pontuações.

Parágrafo Único - Em caso de empate na pontuação, será considerado para desempate: fabricante de máquina no Brasil, empresa nacional, respectivamente.

Art. 87 - A concessão de fornecedor terá a validade de 2 anos, renováveis a cada 2 anos, desde que de acordo com a lei.

Parágrafo Único - Para renovação automática, 30 dias antes vencimento, deverão ser apresentados todos os documentos previstos nos itens III, IV, V, VI, VII, VIII, artigo 14, além do recebido bancário em favor do Serlopar, no valor de 5.000 UFIRs, pelo pagamento da concessão.

Art. 88 - Só poderão ser usados, máquinas com laudos, com vistos comprobatórios, e seladas pela Serlopar.

Art. 89 - Para realizar a selagem, descrita no artigo anterior, o Serlopar cobrará 800 UFIRs por máquina, com validade de 1 ano.

Art. 90 - Depois de instaladas, cada máquina pagará:

I - 100 UFIRs por mês ao Serlopar;

II - 70 UFIRs por mês à entidade mantenedora do bingo tradicional;

III - 30 UFIRs por mês à Prefeitura Municipal.

Art. 91 - Visando incentivar o parque fabril brasileiro, e diminuir as importações, todas as máquinas comprovadamente fabricadas no Brasil, terão 20% de abatimento nos valores tributados anualmente e mensalmente.

Parágrafo Único - Nas isenções acima descritas, não estão incluídas as taxas devidas as entidades mantenedoras.

Art. 92 - A concessão de fornecedor será intransferível. No caso de desistência ou cassação de alguma das empresas, o Serlopar deverá selecionar outra que a substitua, no prazo máximo de 30 dias.

Art. 93 - Será obrigatório o preenchimento do relatório mensal das máquinas, com a relação de máquinas e respectivas contadores com leitores iniciais e finais em relação dos horários de expediente.

Capítulo IV

Disposições Transitórias

Art. 94 - É vedada a presença de menores de 18 anos nos recintos onde se realizam quaisquer modalidades de jogos previstos nesta lei, mesmo acompanhados pelos responsáveis.

Art. 95 - O Serlopar poderá utilizar recursos técnicos operacionais de órgãos públicos federais, estaduais e municipais e/ou de empresas nacionais ou estrangeiras, de ilibada reputação e notória especialização, para proceder exames técnicos dos equipamentos, com a finalidade de assegurar o seu funcionamento regular e adequado.

Art. 96 - Os resultados líquidos obtidos pelo Serlopar resultantes da exploração das modalidades distintas de Concurso de Prognóstico Numérico, serão repassados integralmente a Secretaria da Criança e Assuntos da Família.

Art. 97 - Serão de exclusiva responsabilidade das Sociedades Comerciais, atitudes incorretas e/ou dolosa na operação dos jogos, com relação aos efeitos dela decorrentes.

Art. 98 - Compete o Serlopar expedir resoluções Normativas e Regulamentadoras, no prazo de 30 dias, após a publicação desta lei.

Art. 99 - Visando exercer controle sobre as atividades e proceder fiscalização administrativa, financeira e operacional, o Serlopar deverá proceder visitas semanais rotineiras, inopinadas e auditorias de correição.

Art. 100 - Correições, serão visitas aleatórias e confidenciais, quando os auditores do Serlopar deverão proceder fiscalizações, profundas e minuciosas sobre o trabalho dos fiscais, assim bem como checar possíveis denúncias.

Art. 101 - Para receber, investigar e punir possíveis denúncias de irregularidades em qualquer das modalidades de bingo desta lei, o Serlopar deverá criar uma ouvidoria, que terá seu telefone amplamente divulgado em todas as áreas dos bingos tradicionais e nas áreas de eventos dos bingos similares.

Art. 102 - Para efeito de fiscalização desta lei, deverá ser criada uma Comissão Especial Suprema, que será constituída por:

I - Um procurador indicado pelo Ministério Público Estadual, que à presidirá;

II - Um diretor do Serlopar;

III - Um auditor fiscal, indicado pela Sefaz/PR;

IV - Um oficial superior da PM/PR, indicado pela Casa Militar do Estado;

V - Um advogado funcional, indicado pelo Procon/PR.

§ 1º - Esta Comissão terá mandato de três anos, não renováveis integral nem individualmente.

§ 2º - Esta Comissão coordenará: o trabalho do ouvidor do Serlopar; as auditorias e suas funções; analisará os recursos, com poder de veto; a fiscalização da implantação dos projetos desportivos pelas entidades mantenedoras.

§ 3º - Esta comissão poderá propor mudanças nesta lei, encaminhando-as para análise na Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa do Paraná.

§ 4º - Caberá exclusivamente, a Presidência do Serlopar, coordenar a implantação desta comissão, com relação a área física para seu funcionamento, e a notificação dos órgãos indicadores, para que forneçam seus indicados. Tudo isso no prazo máximo de trinta dias após a publicação desta lei.

Art. 103 - A relação jurídica proveniente da exploração dos concursos de prognósticos de que trata esta lei, será entre o Serlopar e as entidades mantenedoras, para efeito de cessão ou cassação de concessões e entre o Serlopar e as sociedades comerciais, para efeitos de fiscalização e punição no aspecto operacional.

Art. 104 - A desobediência de quaisquer das disposições desta lei e/ou regulamentação implicará no apenamento da pessoa jurídica de natureza desportiva ou da sociedade comercial.

§ 1º - No caso da entidade mantenedora, com a cassação concessão.

§ 2º - No caso sociedade comercial, com a interdição dos equipamentos com a suspensão temporária das atividades e/ou com a cassação definitiva do credenciamento.

§ 3º - No caso de malversação das verbas e/ou não cumprimento do cronograma de aplicação das verbas, a entidade deverá ter cassada sua concessão, que será extensiva a todas as possíveis concessões no âmbito do Serlopar.

§ 4º - No caso de conduta contravencional, criminal ou dolosa, a sociedade comercial terá o seu estabelecimento fechado temporário ou definitivamente, além de ser impossibilitada de manter outros credenciamentos que porventura existam, assim bem como participar de futuros credenciamentos ou concorrência no Estado do Paraná.

§ 5º - As entidades mantenedoras e/ou sociedades comerciais envolvidas nos parágrafos anteriores, terão seus nomes, de seus sócios diretores e cotistas divulgados para outros Estados, visando impedir que possam usufruir de qualquer benesse ou concessões federais, estaduais ou municipais.

Art. 105 - As entidades e as sociedades comerciais atualmente operando quaisquer dos concursos prognósticos citados nesta lei, no Estado do Paraná, terão 30 dias após a publicação da regulamentação pelo Serlopar, para se adequarem a estas normas.

Parágrafo Único - O não cumprimento do descrito no capítulo deste artigo, acarretará no fechamento do estabelecimento, até que as exigências legais sejam cumpridas.

Art. 106 - A Serlopar, obrigatoriamente, deverá publicar nos maiores jornais do Paraná, até o dia 15 de fevereiro de cada ano, o balanço das atividades do bingo, no ano imediatamente anterior, onde deverão constar:

- 1) Total de bingos no Estado do Paraná;
- 2) Ranking dos 10 primeiros, por faturamento;
- 3) Total de máquinas em funcionamento;
- 4) Total de funcionários do segmento;
- 5) Faturamento total do segmento, dividido pelas 3 modalidades;
- 6) Total do tributo recolhido;
- 7) Destino das verbas, e suas aplicações.

Art. 107 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11035/95 e demais disposições, decretos e portarias que a contrariem parcial ou integralmente.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A regulamentação dos bingos e afins, faz-se urgente e extremamente necessária, porque:

1. o jogo faz parte da “terceira onda”, pertencendo ao grupo da “indústria do lazer”, que deverá ser o segmento econômico mais forte nas próximas décadas.

A redução das cargas horárias de trabalho e a robotização, que gerarão uma ociosidade. Prevê-se que esta lacuna será ocupada pelo lazer.

A economia de todos os países, em todos os níveis da sociedade já se preparam para esta fase, pra que se tenha idéia, o maior acionista da empresa “Cassinos de Áustria”, é o Vaticano.

Esta lei pretende ser a ponta e lança, que iniciará esta consciência empresarial. Nós do Paraná poderemos nos tornar a vanguarda da legislação no Brasil.

2. A omissão das autoridades do Paraná, conduzirá este segmento econômico para os braços da C.E.F..

3. Sob o controle da C.E.F., não só todo tributo será carreado para os cofres federais, assim bem como ficará descaracterizada o Serlopar.

4. Sabe-se, por estatísticas anuais, que o jogo do Paraná é:

5º do Brasil na C.E.F.	12.000.000,00
7º do Brasil nos Bingões	4.000.000,00
6º do Brasil nos Bingos Oficiais	8.000.000,00
5º do Brasil no Jogo do Bicho	72.000.000,00

Estamos sentados sobre o 4º ou 5º mercado do Brasil, e não sabemos o que fazer.

5. Há que se criar parâmetros de funcionamento, tributação e investimentos, pois esse é um segmento com grande potencial econômico e ocupacional.

6. Hoje, por não existirem condições de fiscalização e apenamento, este segmento poderá cartelizar-se, e ficar a mercê do crime organizado, ou seja, uma máfia oficializada.

7. Hoje, o Serlopar, por incompetência, omissão ou negligência não dispõe de meios. A falta de planejamento, de objetividade operacional e de transparência, mantém a população desinformada e desconfiada das benesses desse segmento econômico, assim bem como o próprio governo, haja vista que não existem estatísticas confiáveis.

8. Hoje, a evasão do tributo dos bingos atinge o percentual de 75% muito mais pela omissão das autoridades e pela fragilidade das normas existentes, que por dolo dos concessionários.

9. Estas regras definidas e racionais serão incentivo para novos projetos, o que traz a projeção de aumento de 25% no número de empregos, neste segmento.

10. Os padrões organizacionais e fiscalizadores desta lei, nos levam a prever um aumento mínimo de 70% na arrecadação do Serlopar.

11. Esta lei visa socializar este segmento, pulverizando o controle, e conseqüentemente dividindo os ganhos.

PROJETO DE LEI Nº 216/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido os requisitos necessários para autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação de cursos de graduação das instituições privadas de ensino superior, de acordo com o inciso IV, do artigo 10, da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (LDB)

Art. 2º - A instituição privada de ensino superior que tiver interesse na abertura de novos cursos de graduação, deverá remeter o projeto do curso e solicitar a respectiva autorização de funcionamento, ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, sem prejuízo da autorização em nível federal.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Educação remeterá o processo para o respectivo Conselho Estadual da Classe que representa os interesses da profissão, objeto do novo curso de graduação.

§ 1º - O Conselho Estadual de Classe analisará os projetos de criação dos cursos de graduação a que se refere esta lei, avaliando os seguintes aspectos:

a) a necessidade social da abertura de novo curso na região em que está localizada a Instituição de Ensino Superior;

b) a estrutura física da Instituição de Ensino Superior e os laboratórios necessários para o funcionamento do curso;

c) a quantidade e qualidade dos prováveis docentes que ministrarão aulas no novo curso; e

d) outros aspectos pertinentes ao novo curso.

§ 2º - O Conselho Estadual de Classe que representa a profissão deverá se manifestar no prazo máximo de cento e vinte dias, exarando parecer favorável ou contrário ao curso de graduação em questão.

§ 3º - O Conselho Estadual de Educação ficará desobrigado de remeter o processo da autorização do novo curso de graduação, caso o respectivo Conselho Estadual de Classe que representa a profissão, não seja constituído nos termos da lei.

Art. 4º - Após manifestação favorável ou contrária do respectivo Conselho de Classe, o presidente do Conselho Estadual de Educação indicará um conselheiro para relatar o processo de autorização.

§ 1º - Caso o respectivo Conselho Estadual de Classe não se manifeste no prazo estabelecido no § 2º, do artigo 3º, considera-se o parecer favorável à autorização para o novo curso de graduação.

§ 2º - O Conselheiro relator deverá analisar a manifestação do respectivo Conselho Estadual de Classe e terá um prazo de 30 dias para emitir um parecer, que poderá ser:

- a) favorável; ou
- b) desfavorável.

Art. 5º - Após o parecer do conselheiro, o processo será levado à votação em sessão plena do Conselho Estadual de Educação que, levando em conta o parecer do conselheiro, poderá se pronunciar das seguintes formas:

- a) favorável; ou
- b) desfavorável.

Art. 6º - O Conselho Estadual de Educação notificará a instituição privada de ensino superior, da decisão da Sessão Plena do Conselho, expondo, quando desfavorável, os motivos que levaram a não autorização do novo curso de graduação.

Parágrafo Único - Caso a decisão seja desfavorável, a Instituição Privada de Ensino Superior somente poderá requisitar nova autorização para o curso, depois de transcorridos doze meses da notificação e cumpridas as exigências cabíveis ao caso.

Art. 7º - A instituição privada de ensino superior somente poderá solicitar autorização de novo curso de graduação ao Conselho Estadual de Educação, se estiver devidamente credenciada no Ministério de Educação, de acordo com o art. 9º, inc. IX, da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Portaria 640, de 13 de maio de 1997 do Ministro da Educação e do Desporto, que dispõe sobre o credenciamento de faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores.

Art. 8º - O reconhecimento de cursos de graduação será requerido ao Conselho Estadual de Educação.

§ 1º - As instituições poderão requerer o reconhecimento de seus cursos a partir do segundo ano de funcionamento, quando se tratar de cursos com duração de quatro anos, e a partir do terceiro ano, para aqueles cuja duração for superior a quatro anos.

§ 2º - O requerimento de que trata o caput deste artigo deverá ser acompanhado de documentos que contenha, pelo menos, as seguintes informações sobre a instituição:

I - Citação do ato de autorização do curso e de credenciamento da Instituição;

II - Conceito obtidos nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e do Desporto, quando houver;

III - Currículo pleno adotado, com ementário das disciplinas e indicação da bibliografia básica;

IV - Currículo do coordenador acadêmico do curso;

V - Corpo docente dedicado ao curso quanto ao número, qualificação, experiência profissional docente e não docente;

VI - Regime de trabalho, plano de carreira e plano de remuneração do corpo docente;

VII - Regime escolar adotado, número de vagas anuais do curso, turnos de funcionamento e dimensão das turmas;

VIII - Descrição da biblioteca quanto à sua organização, acervo de livros, periódicos especializados, assinaturas correntes, recursos e meios informatizados, área física ocupada e formas de utilização;

IX - Descrição das edificações, instalações e equipamentos utilizados pelo curso, tais como salas e laboratórios, serventias, número de computadores, formas de acesso às redes de informação, entre outros;

X - Documentação relativa à regularidade fiscal e parafiscal da instituição.

Art. 9º - O Conselho Estadual de Educação, a partir da solicitação de que trata o artigo anterior, fixará, por meio de publicação no Diário Oficial, a equipe de especialistas responsável pela avaliação das condições de funcionamento do curso e o período da visita à Instituição, bem como, será sorteado um membro do Conselho para relatar o processo.

Parágrafo Único - A equipe de especialistas de que trata o caput do artigo realizará análise sobre a solicitação de reconhecimento, levando em consideração as informações contidas no § 2º, do artigo 5º desta Lei, bem como o conceito obtido nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e do Desporto, quando houver.

Art. 10 - Os especialistas de que trata o artigo anterior, elaborarão um relatório técnico sobre o curso em questão, num prazo máximo de 90 dias, remetendo-o para o Conselho Estadual de Educação.

Art. 11 - O Conselho Estadual de Educação remeterá o Processo ao relator escolhido, que terá o prazo máximo de 30 dias para elaborar o parecer.

Parágrafo Único - O parecer do conselheiro poderá ser favorável ao reconhecimento, desfavorável com recomendações de providências ou desfavorável com indicação de revogação do ato de autorização do curso de graduação.

Art. 12 - Após o parecer do conselheiro, o processo será lavado à votação em sessão plena do Conselho Estadual de Educação que, levando em conta o parecer do conselheiro, poderá se pronunciar das seguintes formas:

- a) Reconhecimento do curso;
- b) Não reconhecimento do curso com as recomendações de providências que o relator colocar no

seu parecer e outras que o Conselho achar cabíveis ao caso; e

c) Não reconhecimento do curso com indicação de revogação do ato de autorização do curso.

Art. 13 - O Conselho Estadual de Educação expedirá o ato de reconhecimento do curso de graduação, o qual constitui requisito necessário à outorga de diplomas, caso o pronunciamento do Conselho seja pelo reconhecimento do curso.

Art. 14 - No caso de não reconhecimento do curso de graduação, nos moldes das alíneas b e c do artigo anterior, o Conselho Estadual de Educação deverá intimar a Instituição da decisão.

§ 1º - Se o pronunciamento do Conselho for pelo não reconhecimento do curso com recomendações de providências, de acordo com a alínea b, do art. 9º, a Instituição deverá solicitar nova verificação para reconhecimento, no prazo máximo de 12 meses, observando as recomendações do Conselho Estadual de Educação.

§ 2º - Se o pronunciamento do Conselho for pelo não reconhecimento do curso com indicação de revogação do ato de autorização do curso, de acordo com a alínea c, do art. 9º, a Instituição deverá encerrar as atividades do curso, entregando aos seus alunos a documentação relativa aos períodos cursados, para fins de transferência para outra Instituição de Ensino Superior.

§ 3º - Os alunos de que trata o parágrafo anterior, terão preferência no ato da transferência para outras Instituições de Ensino Superior.

§ 4º - O descumprimento das exigências de que trata o § 1º deste artigo, constatado na segunda verificação para reconhecimento, implicará a revogação da autorização do curso/habilitação.

Art. 15 - O reconhecimento de curso de graduação será renovado, periodicamente, a cada cinco anos, por solicitação da Instituição.

Parágrafo Único - O prazo para renovação periódica do reconhecimento poderá ser reduzido, a critério do Conselho Estadual de Educação.

Art. 16 - O Conselho Estadual de Educação promoverá a supervisão constante dos cursos de graduação das Instituições privadas de Ensino Superior.

Art. 17 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias da data de sua publicação.

Art. 18 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no

seu inciso IV, artigo 10, proporcionou aos Estados a incumbência de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos de graduação das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

O artigo 9º, desta mesma lei, que estabelece a incumbência da União, prevê no inciso IX, que a União também poderá exercer concorrentemente, as mesmas competências do Estado, no que tange a autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação dos cursos das Instituições de Ensino Superior.

O presente projeto pretende regulamentar a incumbência que foi dada aos Estados para legislar em cima do que está disposto no inciso IV, artigo 10.

É importante frisar que a presente proposta estabelece requisitos somente para os cursos de graduação das Instituições Privadas de Ensino Superior, pois entendo que é nesse setor que o Estado precisa atuar, já que com a multiplicação de Faculdades privadas no Estado, está havendo uma criação irresponsável de novos cursos que não possuem as mínimas condições de serem implantados.

Atualmente a responsabilidade para autorização de novos cursos é do Conselho Nacional de Educação e excluindo a área médica e os cursos de direito, que possuem regras mais rígidas, há uma facilidade excessiva para se criar novos cursos.

Com este projeto, o Conselho Estadual de Educação poderá se manifestar quanto à autorização de funcionamento de novos cursos de graduação, levando em conta a posição do Conselho Estadual da respectiva Classe ou Profissão. O objetivo da proposta não é a de eliminar a possibilidade de criação de novos cursos, mas sim a colocação de critérios mais rígidos que permitam ao Conselho fazer uma análise mais detalhada sobre a necessidade do novo curso.

A Instituição privada de ensino superior somente poderá solicitar autorização de novo curso de graduação ao Conselho Estadual de Educação, se estiver devidamente credenciada no Ministério da Educação, de acordo com o artigo 9º, inciso IX, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 e a Portaria 640, de 13 de maio de 1997 do Ministro da Educação e do Desporto, que dispõe sobre o credenciamento de faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores.

O Conselho Estadual de Educação ficará responsável também pelo reconhecimento dos cursos de graduação das Instituições Privadas de Ensino Superior, podendo não reconhecê-los e solicitar providências para a Instituição responsável pelo curso e pela faculdade. Em último caso, o Conselho Estadual de Educação pode não reconhecer o curso e revogar a autorização de funcionamento do curso.

O reconhecimento do curso de graduação levará em conta, além das diversas informações expressas no §2º, do artigo 8º, do projeto, os conceitos obtidos pelos

curso na avaliação realizada pelo Ministério da Educação e do Desporto, quando houver.

Na proposta, o Conselho Estadual de Educação também ficará responsável pela supervisão dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior.

Acredito que com essas medidas poderemos criar cursos melhores estruturados, voltados para as necessidades da sociedade e com profissionais de competência técnica e responsabilidades ética.

Ante ao exposto, solicito voto favorável dos nobres pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 217/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a repassar, a título de Subvenção Social, para a Associação dos Pais e Funcionários da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, entidade civil sem fins lucrativos declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 9081, de 28 de setembro de 1989, com personalidade jurídica de direito privado, os recursos financeiros correspondentes e necessários para manutenção da prestação das atividades de Educação Pré-escolar.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A creche da Associação dos Pais e Funcionários da Secretaria de Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, vem prestando brilhantes serviços ao longo de sua existência, com um atendimento exemplar a mais de 1.000 filhos de funcionários.

Para a continuidade das suas atividades ela está dependendo de subvenção social do Governo do Estado.

Com o advento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, em atendimento ao disposto no artigo 26, que estabelece que a destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, e tendo em vista tratar-se a Associação de Pais e Funcionários da SETR/DER, de entidade sem fins lucrativos, cujo fim precípua é o de prestar assistência e educação pré-escolar aos filhos dos funcionários, é que faz-se necessária a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 218/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As praças reformadas da Polícia Militar, que foram excluídas ou expulsos entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, terão direito às promoções, independente do curso de formação, desde que à época preenchesse todos os requisitos legais e os que na reintegração estavam formados em curso superior, com o tempo igual ou superior a duração do Curso de Formação de Oficiais, que as notas obtidas durante o Curso Universitário, sirvam como equivalência.

Art. 2º - Aos pensionistas dos policiais militares que, por ocasião do óbito, enquadrarem-se no artigo 1º, estender-se-á o benefício ali previsto.

Art. 3º - Os direitos estabelecidos nesta lei serão concedidos mediante requerimento do interessado ao Diretor de Pessoal da Polícia Militar, que se incumbirá do apostilamento e da revisão das pensões dos beneficiados.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Na época da Ditadura Militar, vários policiais militares, Praças de pré, tiveram suas carreiras funcionais aniquiladas pelo "Atos Institucionais", sendo excluídos ou expulsos da Corporação, sem o direito a ampla defesa ou ao contraditório.

Devido a esse afastamento, muitos deles não puderam participar dos cursos promovidos pela Instituição, não podendo ascender em suas carreiras, nem receber as devidas promoções.

Vários integrantes afastados desta corporação, sofreram seqüelas, que deixaram comprometimento físico ou psicológico, os quais já foram beneficiados com as indenizações concedidas pela Lei nº 11255/95.

Entretanto, esses membros possuem direitos e vantagens a serem recebidas, pois, os mesmos não ascenderam-se em suas carreiras devido apenas, e exclusivamente, ao afastamento arbitrário a que foram submetidos.

Destarte, esse presente projeto de lei, concede-lhes o direito às promoções que o são de direito.

PROJETO DE LEI Nº 219/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o município de Renascença como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora da Salette.

Art. 2º - Fica o Santuário de Nossa Senhora da Salette incluído no Roteiro Turístico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

História

Salette é uma Vila na França, localizada entre montanhas de neve durante todo o ano. A montanha da Salette fica a 1800 metros de altitude, nos Alpes da Europa. No alto desse monte, onde bois e vacas pastavam, sob os cuidados de duas crianças, Maximino Giraud, de 11 anos e Melânia Calvat, de 13, ocorreu a aparição de Nossa Senhora da Salette.

Um homem chamado Luis Felipe é quem estava no trono nesta época. O tempo em que ele reinou foi muito marcado pela perseguição, principalmente contra os operários, e pela diferença econômica entre os pobres (a maioria do povo trabalhador) e o ricos (que eram chamados de “Burgueses”). Era uma sociedade bastante dividida em classes. É como a pirâmide que conhecemos, em cima estava o rei e os burgueses e na base todos os pobres, o povão.

A burguesia tinha nas mãos as grandes propriedades no campo, e nas cidades era a dona das indústrias.

Os pobres, chamados naquela época de “gente do povo”, estavam na cidade e no interior. Eram os empregados mal pagos, os pequenos comerciantes, os pequenos agricultores, os operários na cidade que geralmente não tinham nenhuma segurança no emprego; ainda, as crianças que, ou na roça cuidando do gado, ou na cidade trabalhando na indústria, eram muito exploradas, mas tinham que trabalhar para ajudar os pais nas despesas.

Como era uma sociedade bastante dividida em classes, o que distinguia os ricos dos pobres era a maneira de se vestir. A instrução escolar era fraca, muitos nem conseguiam ir para a escola por terem de trabalhar. A maioria nem sabia ler e a língua que falavam aprendiam em casa e era cheia de dialetos.

Os camponeses não tinham mais que terras insuficientes em quantidade e qualidade, que eram freqüentemente hipotecadas. Os camponeses eram obrigados a vender seus produtos por preços baixos no mercado local, devido a falta de transportes. O dinheiro, obtido com grande sacrifício, era absorvido pelos impostos e pelos juros das dívidas. Se não bastasse isso, nesta época acontece uma das maiores crises na agricultura e os produtos começam a faltar.

A religião estava completamente deixada de lado. Só algumas pessoas mantinham-se firmes na participação da vida da Igreja.

Portanto, o mundo vivia num clima de injustiça e pobreza, e o pior, sem Deus. Foi dentro deste ambiente que estourou a notícia de uma aparição de Nossa Senhora “chorando”.

Vestida como camponesa, simples e bela, igual às mulheres pobres da época.

Uma coroa de rosas sobre os pés; outra sobre os ombros e uma terceira na frente, ornando-lhe um rico diadema. As três coroas de rosas representam o rosário; a coroa de flores dos pés são os mistérios gozosos. Lembrando a caminhada de Maria em visita a Isabel e para Belém; a coroa de flores dos ombros simboliza os mistérios dolorosos, com o peso da condenação de Seu Filho; e a coroa de rosas na frente são os mistérios gloriosos, seu coroamento pela fidelidade à vontade de Deus.

Sobre o peito, trazia uma cruz, com um “Cristo vivo” na expressão das crianças. Maria ensinava que devemos carregar um Cristo vivo em nossa vida, não apenas uma cruzinha para enfeite.

Trazia vestes longas, indicando modéstia no trajar. Apareceu sentada numa pedra, “com o rosto entre as mãos chorando”. As lágrimas, que se desprendiam do olhar triste, caíam sobre o crucificado “vivo” e ali desapareciam. Ensina ela que Cristo aceita e recolhe todo nosso sofrimento junto ao seu, para “completarmos o que falta à paixão do Senhor”, como disse São Paulo.

Chamou as crianças para perto de si, e com isto Maria nos chama para vivermos perto dela.

Por sua aparição, Nossa Senhora da Salette se mostra como Mãe de todos, e a todos fala, dizendo que devemos ter uma atitude corajosa em assumirmos com mais fidelidade nossa vocação de filhos de Deus.

Nossa Senhora da Salette aparece a duas crianças que, para ajudar suas famílias, estavam trabalhando.

Maximino Giraud e Melânia Calvat, filhos de agricultores, cuidavam de umas vacas a pastar e, ao meio-dia, ficaram em cima do monte Salette, comendo uma merendinha que tinham levado consigo. Brincaram construindo “altares” e enfeitando-os com flores.

Distanciaram-se um pouco do local, uma baixadinha no terreno com lajes por onde escorria a neve quando derretida.

Distanciaram-se um pouco, para ver o gado pastando na encosta contrária. Ao voltarem ao local, viram uma grande luz, tanto que Melânia gritou ao menino: “Maximino, o sol caiu”.

O imenso clarão foi se abrindo, e eles, espantados, viram assentada uma Senhora com o rosto entre as mãos. Era um dia de sábado, 19 de setembro de 1846. A Igreja do mundo inteiro rezava na Festa de Nossa Senhora das Dores, recordando a Bíblia que diz:

“Vinde e vede se há dor igual à minha dor”.

Esta é a mensagem de Nossa Senhora, tal qual os dois pastorinhos transmitiram:

“Vinde meus filhos, não tenhais medo!

Estou aqui para vos contar uma grande novidade.

Se meu povo não quiser se submeter, sou forçada a deixar cair o braço de meu filho.

Este braço é tão forte e tão pesado que já não posso mais sustentar.

Faz muito tempo que soffro por vós.

Se quero que meu Filho não vos abandone devo encarregar-me de lhe suplicar sem cessar.

E vós não fazei caso.

Por mais que rezeis jamais podereis recompensar-me os cuidados que tive por vós.

Dei-vos seis dias para trabalhar. Reservei-me o sétimo e nem este quereis conceder-me. É isto que torna tão pesado o braço de meu filho.

E também aqueles que trabalham com as carroças, só sabem jurar invocando o nome de meu filho. São estes as duas coisas que tornam tão pesado o braço de meu filho. Se a colheita se estraga é por culpa de vocês mesmos. Já lhes mostrei isto no ano passado, com as batatinhas.

Mas vocês não fizeram caso. pelo contrário, quando encontravam as batatinhas estragadas, vocês blasfemavam, colocando no meio o nome de meu Filho.”

E a Bela Senhora continua a falar, mas de agora em diante no dialeto deles, o “patois”, de Corps.

“Se tiverdes trigo não o semeais. Tudo o que semeardes, os bichinhos comerão e o que vingar tornar-se-á em pó na hora da colheita. E haverá uma grande fome. Antes desta fome, as criancinhas com menos de sete anos serão acometidas de febre e morrerão nos braços das pessoas que as tiverem. Os outros farão penitência pela fome. As nozes se estragarão e as uvas apodrecerão.

De repente, a Bela Senhora continua a falar, mas somente Maximino escuta. Melânia vê seus lábios se mexerem mas não escuta nada. Alguns instantes mais tarde, Melânia escuta o que ela diz e Maximino não compreende nada. Ele se põe a brincar com pedrinhas no chão. A Bela Senhora falou em segredo a cada um deles. E depois ela continua falando aos dois:

“Se se converterem, as rochas se transformarão em montões de trigo e as batatinhas aparecerão semeadas pela terra. - Fazeis vossa oração, meus filhos?

- Não muito, Senhora, responderam as crianças.

- Ah! Meus filhos! É necessário rezar pelo menos de manhã e de noite um ‘Pai Nosso’ e uma ‘Ave Maria’. Quando tiverdes tempo, é necessário rezar mais. Durante o verão, somente algumas mulheres idosas vão à missa. Os outros trabalham até aos domingos. Durante o inverno, quando não sabem o que fazer, eles vão à missa, mas só para zombar da religião. Durante a quaresma, vão a açougues como se fossem cães.

- E vocês, nunca viram trigo estragado, meus filhos?

- Não Senhora. - responderam os dois.

- Mas você, Maximino, deve se lembrar bem, você deve ter visto uma vez, em Coin, você estava com seu pai. O dono do campo convidou seu pai para ir ver seu trigo estragado. E vocês foram. Vocês tomaram duas ou três espigas nas mãos, esfregaram bem e tudo virou pó. E na volta, meia hora antes de chegar em Corps, seu pai lhe deu um pedaço de pão e disse: “Tome meu filho, come esse pedaço de pão, porque não sei quem vai comer pão no ano que vem, se o trigo continuar a se estragar desse jeito.”

-Ah! Sim, Senhora. Agora me recordo. Eu não me lembrava mais. E a Bela Senhora concluiu a conversa, em francês, e não no dialeto deles:

“- Pois bem, meus filhos, comunicareis isto a todo o meu povo”. Ela caminhava em frente, e os meninos a deixam passar. Ela passa o riacho e sem se voltar insiste:

“- Pois bem, meus filhos, comunicareis isto a todo o meu povo.”

No local da aparição, existe hoje um grande santuário, onde moram além dos Missionários Saletinos, irmãs de diversas congregações. É um santuário internacional, para onde afluem milhares de romeiros por dia.

Do município

Os primeiros moradores de Renascença, foram caboclos paranaenses, que acabaram vendendo suas antigas posses de terras a colonos gaúchos e catarinenses, que migraram em massa para a região na década de trinta. O nome “Renascença” originou-se do francês, significando “ato de renascer” e surgiu na comunidade pioneira de Vargem Bonita, que passou por situações de extrema dificuldade no tempo da colonização, não só pela falta de estrutura econômica e social, como também por problemas de litígio agrário.

Nos anos de 1948 à 1965, muitas famílias vindas da região de Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul, trouxeram consigo a devoção de Nossa Senhora da Salette e fundaram nessa comunidade um santuário.

Já no ano de 1963, foi realizada a primeira Romaria de Nossa Senhora da Salette. Em 1964, a comunidade, com o auxílio dos padres da época, adquiriu as imagens do “*fac-simile*”. Após 34 romarias decretou-se o local como Santuário Diocesano pelo Decreto de Ereção do Santuário Diocesano Nossa Senhora da Salette - Rio Elias - Renascença, datada na Sede da Cúria, aos 14 de setembro de 1997, registrado nos livros de Decreto da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Livro 7, fls, 38 e 38v.

O Santuário já pertenceu às paróquias de Pato Branco, Vitorino e Bom Sucesso do Sul, atualmente pertence à Renascença.

Hoje, ocorrem inúmeras peregrinações nos finais de semana e em datas marcantes, como feriados religiosos. Nas Romarias, que acontecem todos os anos no penúltimo domingo de setembro, milhares de romeiros vêm ao Santuário e muitas graças são alcançadas. Na última Romaria, estiveram presentes no Santuário cerca de 30.000 pessoas, oriundas da região Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina, Curitiba, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso, fazendo com que o Santuário de Rio Elias se torne conhecido nacionalmente.

Renascença necessita dotar-se de infra-estrutura suficiente e adequada para atender a enorme demanda de peregrinos da fé que para ali ocorrem, movimentando a cidade, incentivando o comércio local e gerando postos de trabalho e divisas para o município.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso XXXIII, do art. 1º, da Lei nº 4245, de 28 de julho de 1.960, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

XXXIII - Moreira Sales: com território desmembrado dos municípios de Goioerê e Campo Mourão, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

Com o Município de Cruzeiro do Oeste: começa no ponto de encontro da linha de divisa entre as glebas nº 16 - 2ª parte e nº 12 - 3ª parte da Colônia Goioerê, no Rio Goioerê, sobe por este até a foz do Rio Areia.

Com o município de Tuneiras do Oeste: começa na foz do Rio Areia, no Rio Goioerê. sobe por este até a foz do Ribeirão Toneti;

Com o município de Cianorte: começa na foz do Ribeirão Toneti, no Rio Goioerê, sobe por este até a foz do Riozinho.

Com o município de Campo Mourão: começa no Rio Goioerê, na foz do Riozinho, sobe por este até a foz do Arroio Papagaio, este até sua cabeceira, e este até a foz de um afluente a margem esquerda do Rio Água Grande.

Com o município de Goioerê: começa na foz de um afluente à margem esquerda do Rio Água Grande, sobe por este afluente até a sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha seca, atravessando a PR-468, até encontrar a cabeceira do Ribeirão Água Branca, desce por este até a foz do Córrego Palmital, sobe por este até encontrar a estrada que liga o Bairro Colônia Sertanópolis no Bairro Fonte Azul, segue por esta estrada até encontrar a divisa dos lotes 44 e 48 com os lotes 45 e 47 da gleba 12 - 2ª parte da Colônia Goioerê, segue por esta divisa na direção geral Noroeste até encontrar o Rio Vorá, desce por este até encontrar a estrada Balanço, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar a divisa entre as glebas 16 e 12 da Colônia Goioerê, no limite entre os municípios de Mariluz e Goioerê.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2.000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é de somente corrigir o memorial descritivo da lei que criou o município de Moreira Sales. Quando da elaboração nas divisas com o município de Goioerê, uma área ficou fora dos limites de Moreira Sales. Ficou existindo, então, uma divisa legal e outra de fato, aquela que os municípios respeitam para a administração de seus territórios. O município de Moreira Sales tem administrado, historicamente, todos os serviços públicos recebidos pela comunidade local, investindo recursos sem que lhe seja

computado, para fins de repasses estaduais e federais. A educação, conservação de estradas, transportes de estudantes, energia elétrica, alistamento militar, igrejas católicas ficaram sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Moreira Sales ou de órgãos instalados naquele município.

É um pensamento unânime, tanto da comunidade da área, como a dos municípios de Moreira Sales e Goioerê, que essa área pertença ao município de Moreira Sales, pois caso contrário traria prejuízos irreparáveis ao município que arca com toda a responsabilidade de realizar os serviços públicos, que tanto necessita a população.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 221/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de atendimento à Família e Infância do Distrito de Porto Novo, com sede no município de Adrianópolis e foro no município de Bocaiúva do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2000.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição, tendo em vista que a entidade tem desenvolvido um profícuo trabalho junto a sociedade em geral, e ainda um amparo as famílias carentes, zelando pelo bem estar e principalmente pela assistência educacional gratuita, entidade esta sem fins lucrativos.

Informo ainda, que foi declarada de utilidade pública, conforme, Lei municipal nº 504/98, de 18 de março de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, no Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk no horário do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Nós que tivemos a honra e a satisfação, juntamente com o deputado Péricles Mello de estudar no Colégio Regente Feijó, tivemos do governo do Estado, depois de inúmeros pedidos feitos, neste Plenário, não só pelo deputado Péricles mas também pelo deputado Plauto e este deputado que vos fala, Luiz Carlos Zuk, a atenção do governo do Estado no que concerne a restauração e principalmente a reconstrução do Colégio Estadual Regente

Feijó. Colégio este centenário no Estado, Colégio que formou inúmeras gerações e que deu oportunidade a milhares e milhares de paranaenses, brasileiros e até estrangeiros que ali tiveram a sua formação ginásial e a sua formação do então científico, clássico que era a maneira pela qual se ingressou numa faculdade, na época.

Senhor presidente, senhores deputados, estamos entrando com um requerimento, nesta Casa e acredito que será aprovado pela maioria ou totalidade dos senhores deputados, no que concerne agora a pintura do Regente Feijó. Foi feita a sua reconstrução na parte de material e na parte de madeira, que está exposta ao sol e ao tempo, faltando só a sua complementação. O secretário de Obras, o ilustre secretário Augusto Canto, tem envidado os maiores esforços, tem apresentado a Fundepar e a Secretaria de Educação a planilha pela qual esta complementação, a pintura da obra é fundamental. Foi ao governo do Estado e deixou lá a sua posição em termos de Secretaria de Obras. E agora nós, nos somando a ele, pedindo ao governador que já fez a reconstrução, a restauração e principalmente, deu condições de funcionalidade ao Colégio Regente Feijó, porque ele foi interdito pela Defesa Civil da cidade de Ponta Grossa. Os seus milhares de alunos foram transferidos para o Ginásio de Esportes, Oscar Ferreira, no qual a Prefeitura, através do prefeito, ofereceu condições para que as aulas não fossem suspensas. Posterior a esta restauração os alunos foram remanejados, de volta, ao Colégio Estadual Regente Feijó.

E hoje, faltando tão somente a complementação que é a pintura do Colégio Estadual Regente Feijó, o governo não o faz, mostrando que não só nessa obra mas em todas as obras inacabadas quem vai pagar o pato é o povo do Paraná.

Se não for efetivada a pintura daquelas madeiras expostas ao tempo e principalmente que é preciso de uma imunização, nós não teremos uma durabilidade como desejamos naquela restauração feita.

Basta ver de que a estrada que liga Teixeira Soares a Guaragi, obra essa que já devia ter sido concluída e não foi e as obras de infra-estruturas estão sendo corroídas pelo tempo.

Vendo esse exemplo, onde o dinheiro do povo não é respeitado, verificamos que o governo do Estado por má vontade, mau gerenciamento não respeita o dinheiro do contribuinte. Fazendo assim com que cada obra tenha o seu custo não onerado. Se não for feita a restauração na estrada de Guaragi o governo vai pagar mais uma vez pelas obras que o tempo está corroendo. E no Colégio Regente Feijó queremos e desejamos a complementação que o secretário Augusto Canto está apresentando e não está conseguindo verba.

Por isso estamos entrando e peço a venia de todos os parlamentares para a aprovação desse requerimento e que amanhã o governador não diga que não sabia do que estamos levantando.

Sem a pintura o Colégio Regente Feijó vai voltar a ser, aquilo que não desejamos, corroído pelo tempo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Consulto as Liderança do PST, PSB.

(**Declinam**)

No Horário das Liderança do PTB concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna hoje para fazer uma proposta a esta Casa para que possamos discutir com muita profundidade a crise prisional do Estado do Paraná.

Todos os fatos que afloram nos últimos dias.

(**Lê**):

“O País vive crise na segurança pública sem precedentes. A tragédia transmitida ao vivo no seqüestro do ônibus no Rio de Janeiro, há poucos dias, simbolizou a cadeia de violências, atrocidades, rebeliões e fugas em presídios e cadeias, despreparos, omissões, incompetência e levou o governo federal a dar uma resposta ao recado social por mais segurança pública.

O que foi feito com a apresentação, no último dia 20, do Plano Nacional e Segurança Pública, representado por um pacote com mais de cem medidas de combate à violência. Sabemos não existirem medidas capazes de solucionar o problema da violência como num passe de mágica, pois esse está intimamente ligado à questão social. E o Plano ora proposto depende de aprovação de inúmeras outras leis para ser colocado em prática em sua totalidade.

Para viabilizar o Plano, nas medidas que independem de leis, o governo federal terá de contar com a participação efetiva dos Estados e esses, como consequência, terão de assumir compromissos, a curto, médio e longo prazo. Entre as principais medidas encontramos o “descontingenciamento total dos recursos do Fundo Penitenciário, que remanejará este ano R\$100 milhões para permitir que os Estados ampliem em 8.500 vagas no sistema carcerário”. Ou seja, o governo vai desbloquear as verbas previstas para a construção de penitenciárias estaduais, sendo seu objetivo atingir 25 mil vagas até 2002. O que viria ajudar a desafogar o sistema prisional do País, hoje sem condições de solucionar o grave e desumano problema da superlotação dos presídios e cadeias.

Não bastasse esses motivos para que o Paraná, de imediato pense em reestruturar o seu sistema prisional, recentemente ocorreu uma rebelião na principal penitenciária do Estado - PCE, que destruiu metade de suas instalações (em especial as destinadas à socialização dos presos). Para sua recuperação destinou o governo estadual verba de mais de dois milhões. Recurso que deve ser aplicado, não para recuperar um velho e ultrapassado complexo, mas na modernização do sistema. Como sepa-

ração dos presos por critério de periculosidade, de recuperabilidade, etc, construção de oficinas que profissionalizem os detentos em conserto de equipamentos eletrônicos, etc.

A “Reestruturação do Sistema Prisional” se faz necessário, como medida de máxima urgência, e que foi esquecida pelo Plano Nacional de Segurança Pública, para projetar e implantar a retirada das cadeias dos centros das cidades, através da construção de ‘cadeias metropolitanas’. Com tal medida serão evitadas fugas de presos, e tantos outros problemas que geram hoje tanta insegurança aos cidadãos.

Lembramos que, através de um projeto de “Reestruturação do Sistema Prisional”, adequado às nossas necessidades, o Paraná estará apto para receber os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. E, concluindo, ressaltamos que o Poder Legislativo não pode cometer o crime de omissão contra o povo paranaense. Necessita participar de forma efetiva, no processo de resgate da segurança pública. Resolver a questão do sistema prisional, uma das medidas para alcançar este objetivo.

Esta questão é bastante séria, não só aqui no Paraná mas especialmente aqui, onde precisamos mostrar evidentemente a nossa atuação, o nosso desejo de encontrar uma solução.”

Por isso, senhor presidente e senhores deputados, estou encaminhando à Mesa da Assembléia os trabalhos a tratar, um requerimento que cria a Comissão Especial para tratar da Reestruturação do Sistema Prisional do Estado do Paraná. Com a tentativa de se implantar aqui no Paraná e, isso se faz urgente, porque lamentavelmente o Plano Nacional Segurança Pública não ouviu os governadores antes, vai ouvi-los agora, depois que destinou os recursos e os Estados que não estiverem preparados, que não tiverem programas para investimento na área de Segurança Nacional, na área de Segurança do seu Estado, certamente não serão contemplados com estes verbas do Plano Nacional de Segurança.

Por isso é que estou pedindo aos senhores parlamentares a aprovação deste requerimento, para se criar uma Comissão Especial, para tratar da reestruturação do sistema prisional, do Estado do Paraná, coma criação das cadeias metropolitanas, com a separação dentro dos presídios, para que nós possamos ter além de cadeias públicas humanizadas condicionadas a já entrar dentro desse processo do Plano Nacional de Segurança Pública. Por isso é que deveremos estar fazendo uma viagem a um dos Estados do Paraná que já adota este sistema, das cadeias metropolitanas.

Vamos pegar o bom exemplo lá para ver se podemos implantar aqui no Paraná.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulta a Liderança do PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Recentemente a imprensa do nosso Estado tem se ocupado de um assunto que passou por esta Casa em 95 assunto que é sobre os serviços sociais autônomos e que à época, mereceu desta Casa, exame, discussões e nos idos de 95 a bancada de Oposição já alertava tanto o governo como a esta Casa que, na forma como estava se criando as paraestatais ou os serviços sociais autônomos como assim denominou o governo, nós teríamos muitas dificuldades e a forma de constituição não estava atendendo ao regimento legal. A época, inclusive, no caso da Paranáeducação e Paranácidade, esta Casa, através da sua Procuradoria, fez uma reconstituição do próprio projeto de lei que o governo do Estado encaminhou para cá, em função falta de estrutura e exposição da lei que criava a Paranácidade e Paranáeducação.

Várias ações foram intentadas por parte de deputados, inclusive este que vos fala neste momento na tribuna, no sentido de questionar a legalidade e a boa aplicação dos recursos. Por que? Porque recurso público como define o artigo 70 da Constituição Federal, tem que prestar contas em todos os momentos, quem recebe, quem gera, quem arrecada, quem mantém sobre posse, recurso público, é obrigatória a prestação de contas e o governo quando criou os tais serviços sociais autônomos entendeu que recurso público, não se teria que prestar contas e hoje nós estamos a cada momento, a cada instante sendo questionado na justiça e já causando problema na estruturação e projeto de estratégia de administração do governo. No caso do Paraná Previdência foram criados três fundos: Fundo Financeiro, Fundo de Previdência e Fundo de Saúde.

Já de início, já se questionou a esta Casa procurou fazer justiça, deixando com que aqueles servidores pensionistas que recebiam até trezentos reais, não ficassem no encargo da contribuição. Depois, o próprio governo entendeu, por ações que foram à Justiça, que os 2% que eram destinados ao Fundo de Saúde também não deveriam ser cobrados e ficando o funcionário público sem o Fundo de Saúde e que agora vem, através de uma proposta de um grande convênio que poderia ser assinado com a Unimed e tantas outras empresas congêneres que encontramos no mercado. Mas quando se criou o Paraná Previdência, nós tivemos um grande problema que foi com o IPE. Então, nós estamos desestruturando, jogando no chão as estruturas existentes e não estamos conseguindo colocar nada no lugar. Assim foi com a Paranáeducação, com a Paranácidade, com a EcoParaná, esta inclusive, que hoje tem grandes problemas e vem o Tribunal de Contas a refazer e a solicitar ou mesmo a denunciar o desvio de aproximadamente vinte milhões e trezentos mil reais lá no desvio do Rio Aparecida em Foz do Iguaçu. O que cabe a esta Casa? Cabe a esta Casa fazer um grande reexame das votações e das constituições desses serviços sociais autônomos, porque, caso contrário, nós vamos criar um passivo ainda maior para o

Erário Público de nosso Estado, sem entretanto ter contribuído em nada para a estruturação do Estado e a nova modelagem que o governo Lerner buscou criar com esses serviços autônomos.

É hora desta Casa repensar, de a Assembléia Legislativa no seu conjunto, realizar uma reanálise para que possamos efetivamente dar ao Estado do Paraná estruturas que possam contribuir para o seu desenvolvimento.

A alegação era de que queria-se descentralizar. Ora, mas descentralização com recurso público exige prestação de contas. Descentralização com recurso público - exige que a sociedade tenha condições de acompanhar. Se nós solicitarmos qualquer requerimento com relação ao balanço da Paranáeducação, da Paranácidade, outra grande questão que envolve um volume de recursos extremamente grande, inclusive de recursos financiados através de instituições financeiras internacionais que precisa que esta Casa acompanhe. EcoParaná tem a mesma situação.

Cabe uma reflexão profunda no sentido de fazermos incetar uma análise do que estamos fazendo com relação a essas votações.

Está é a preocupação que trago nesta tarde no sentido de que esta Casa passe a acompanhar estes serviços sociais autônomos no sentido de ver a boa aplicação dos recursos públicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Consulto a Liderança das Oposições se deseja fazer uso do seu horário. (Declina)

Consulto a Liderança do Governo. (**Declina**).

O SR. ANTONIO BELINATI (**Pela Ordem**)

Na última sexta-feira, dia 23 de junho nós encaminhamos ao Presidente Estadual do PSB um comunicado do nosso desligamento do Partido.

Da mesma maneira, encaminhamos à Mesa Diretiva desta Casa este pedido de desligamento. Consulto a Vossa Excelência se foi recebido por esta Mesa Diretiva.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Solicito ao senhor 1º Secretário que se registre nos Anais da Casa e dê-se como consumada a comunicação de Vossa Excelência, Requerimento nº 5513.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Procede a leitura do pedido de desligamento.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Mesa determina que o requerimento seja endereçado à Diretoria Legislativa para as devidas anotações.

Da mesma forma solicito ao senhor 1º secretário para que proceda a leitura da comunicação de desligamento do deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Procede a leitura do pedido de desligamento.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Da mesma forma determino que o Ofício seja encaminhado ao Departamento Legislativo para as anotações necessárias e os cálculos de Bancada.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados

Sobre a mesa, ofício subscrito pelo senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, comunicando que a partir desta data está se desligando do Partido Socialista Brasileiro - PSB. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, comunicando que a partir desta data, passa a fazer parte da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, com assento nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/99, de autoria do deputado Renato Gaucho, que torna obrigatória a inclusão da disciplina "cidadania" no currículo das escolas estaduais do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E. Com substitutivo geral de Plenário. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. AO SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO. Apreciar

neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Marechal Cândido Rondon. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., S.P. E C.D.H. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 091/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais pertencentes a faixa de fronteira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C. COM EMENDA DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de pedir a Vossa Excelência se possível que retirasse o projeto de pauta hoje, para colocar na pauta de amanhã, tendo em vista entendimento com alguns deputados para procedimento de uma Emenda que será acrescida ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Passa para a Ordem do Dia de amanhã.

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei nº 091/2000.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que institui deveres fundamentais, a ética e decoro parlamentar e a corregedoria parlamentar no Poder Legislativo do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXE- CUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei nº 7747, de 18 de outubro de 1983. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 045, de 03.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 134/2000

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 134/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei nº 7747 de 18 de outubro de 1983.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, requerimento nº 1234, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1235 a 1238, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1240, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1244 a 1246, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1248 a 1251, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1253, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1231, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, no final do ano passado o governo do Paraná determinou a abertura de uma Comissão de Inquérito e Sindicância na Imprensa Oficial do Paraná, para apurar indícios de irregularidades. Esta Comissão apurou e, no transcorrer deste ano, o presidente da Imprensa Oficial foi afastado do comando daquela empresa estatal.

Gostaríamos de saber, senhor presidente, se há alguma ligação do afastamento do presidente Ênio Malheiro com o teor do relatório feito pela Comissão de Sindicância designada pelo então secretário de Justiça, José Tavares.

Este é um documento público e, se a Assembléia Legislativa nos negar o conhecimento do relatório é evidente que teremos que achar outro instrumento para conseguirmos uma cópia deste relatório que, para nós, é importante para sabermos o que foi levantado, se é que alguma coisa foi levantada de suspeita ou irregularidade.

É apenas e tão somente isso que objetivou o nosso requerimento para que possamos conhecer o que existe ou se existiu alguma irregularidade com a Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/98

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 589/99, 005, 091, 134, 143/2000 e do Projeto de Resolução nº 020/2000

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 124/2000

conceder aposentadoria, a pedido, a DIONIZIO ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 40.294, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo "A" N-61, nos termos do artigo 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de fls. 11, da Diretoria de Pessoal, desta Casa.

(Prot. nº 11.477/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 125/2000

conceder, a ROSELI GOBBO ARAÚJO, matrícula nº 40.393, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, matrícula nº 40.393, exercendo o cargo de psicóloga, nível E04, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício

de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 2747/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.05.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 79/2000

1º) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DIONIZIO ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 40.294, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo "A" N-61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

2º) mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 35, § 5º, da Constituição Estadual o tempo de dezoito (18) anos, oito (08) meses e vinte e sete (27) dias de serviços em atividade privada, sendo dois (02) anos e dez (10) meses, período compreendido entre 01.01.80 a 30.10.82 na Nacional - Limpeza e Conservação S/C Ltda., na mesma empresa, por onze (11) meses e vinte e nove (29) dias, período de 01.03.83 a 29.02.84; como lavrador por sete (07) anos, período de 01.01.65 a 31.12.71; e ainda como lavrador, por sete (07) anos, dez (10) meses e vinte e sete (27) dias, período de 01.01.72 a 27.11.79, conforme certidão do INSS, em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.06.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme, havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia,

oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 179/99, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 063/99, 226/99, 286/99, 018/2000, 147/2000, 149/2000 e 153/2000, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 295/99, 389/99, 572/99, 640/99, 641/99, 647/99, 029/2000, 096/2000, 160/2000, 164/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 518/99, 621/99 e 031/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE TURISMO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a Presidência do senhor deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 163/2000, de autoria do deputado Duílio Genari. Relator: deputado Antonio Baratter. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente

Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Antonio Baratter apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 169/99 e 145/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada

mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte um dias do mês de junho do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 163/2000 e 023/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2º SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte seis dias do mês de junho do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 551/99, 585/99, 075/2000, 093/2000, e 094/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Pedidos de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDOS DE ADESAO

Carlos Augusto Valença, matrícula 41004, endereço Rua General Aristides Ataíde Junior, 561 - ap. 803, bairro Bigorrião, cidade de Curitiba, CEP: 80730-370 - PR, remuneração mensal estimada R\$420,42, CPF: 068.087.605-78, telefone: 339-1158, data de nascimento: 06/06/55.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 5515)

Curitiba, em 26.06.2000.

(a) Carlos Augusto Valença

Marli Muller, matrícula 40155, endereço Avenida Washington Luiz, 837, bairro Jardim Social, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$460,46, CPF: 463.444.209-44, telefone: 264-2810, data de nascimento: 23/08/61.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 5624)

Curitiba, em 26.06.2000.

(a) Marli Muller

Rene Bitencourt Vaz, matrícula 40184, endereço Rua Benedito Vieira Guimarães, 564, apto. 3, cidade de Itaperuçu, PR, remuneração mensal estimada R\$580,80, CPF: 098.596.679-34, telefone: 652-1355, data de nascimento: 08/06/50.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 064.

(Prot. nº 5625)

Curitiba, em 26.06.2000.

(a) Rene Bitencourt Vaz

Elizabeth Valente de Almeida, matrícula 40673, endereço Av. Sete de Setembro, 4863, apto. 1001, bairro Batel, cidade de Curitiba, CEP: 80240-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$643,72, CPF: 519.735.619-72, telefone: 343-2724, data de nascimento: 01/08/60.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N E07.

(Prot. nº 5851)

Curitiba, em 26.06.2000.

(a) Elizabeth Valente de Almeida

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**14ª LEGISLATURA****ATA DA 015ª SESSÃO****EXTRAORDINÁRIA****REALIZADA EM****26 DE JUNHO DE 2000***(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

Às quinze horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/99, de autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Guaratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167, de 17.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 589/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio e Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo a criar Delegacia da Mulher no município de Guaratuba.

Chamada esta comissão a manifestar-se, com relação à legalidade e constitucionalidade, da presente proposição, constatamos que não há nenhum óbice, que impeça sua normal tramitação nesta Casa de Leis, por se tratar de lei de cunho autorizatório, ficando a cargo do Poder Executivo, sua viabilização.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da proposta e questão.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 589/99

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, o presente projeto de lei, tem como objetivo criar a Delegacia da Mulher no município de Guaratuba.

Fundamentação:

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a manifestar-se, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da Delegacia da Mulher no Município de Guaratuba, visto o grande número de ocorrências policiais envolvendo mulheres.

Conclusão:

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.99.

(aa) **RICARDO CHAB** - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 589/99

P A R E C E R :

De autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, o presente projeto de lei visa a criação de Delegacia da Mulher em Guaratuba. Os autores justificam a pretensão pela necessidade de se equipar a sociedade civil de todos os instrumentais necessários que coíbam todo tipo de violência, sobretudo contra os mais fracos e desprotegidos.

Dada a relevância da matéria, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.2000.

(aa) EDSON PRACZYK - Presidente
BETO RICHA - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família com sede em Doiz Vizinhos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.D.H.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 16.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 005/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, o presente projeto visa autorizar o Chefe do Poder Executivo a criar o Núcleo Regional da Secretaria e Estado da Criança e Assuntos da Família com sede no município de Dois Vizinhos. O autor justifica a pretensão indicando os benefícios que a comunidade regional obterá com tal intervenção estatal, e indica os municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto Londra, Verê e São Jorge D'Oeste, como componentes do núcleo a ser criado.

A criação de órgãos, cargos e tudo o que verse sobre aumento de despesa, por força de dispositivo constitucional, artigo 61 da Constituição Federal e artigo 66 da Constituição Estadual, é atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo. Entretanto, o projeto de lei, por sua característica autorizatória, sana, em parte essencial o vício de origem, viabilizando sua tramitação legislativa.

Do exposto e sob a ótica constitucional e legal, o presente projeto de lei somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 005/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Luiz Fernandes Litro, objetiva autorizar o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências.

Sobre a matéria constatamos a existência de Parecer Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, § 3º, do Regimento Interno, podemos constatar que não existe nada que impeça sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim emitimos nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 005/00

P A R E C E R :

Para análise desta comissão o Projeto de Lei nº 005/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família no município de Dois Vizinhos, e dá outras providências.

Considerando a relevância social do presente projeto de lei, ainda que de caráter autorizatório, e considerando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou nenhum óbice quanto à sua constitucionalidade e legalidade, nosso Parecer é Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.2000.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente
PÉRICLES MELLO - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/2000, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 048, de 10.05.2000)**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ROUBO DE CARGAS
RELATÓRIO PARCIAL Nº 03

Seguindo a mesma orientação de trabalho, já adotada nos Relatórios Parciais de nº 1 e 2, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, após ouvir vários depoimentos esclarecedores sobre o grave problema dos Roubos de Cargas, está apresentando dois novos projetos de lei para

serem submetidos a discussão e aprovação da Comissão para depois serem enviados ao Plenário desta Casa de Leis.

A primeira proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada no Combate a Roubos, Furtos e Desvios de Cargas no Estado do Paraná, desvinculada da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, procurando uma maior agilização e competência no combate ao roubo e furtos de cargas no nosso Estado. Entendemos que esta delegacia poderá, também, operacionalizar o futuro Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná, cujo projeto de criação é de autoria da própria Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas.

A segunda pretende autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Apoio aos Caminhoneiros, programa já implantado em vários Estados do Nordeste do País, com sucesso.

O Centro deverá ter segurança e estrutura apropriada para que os motoristas e familiares possam pernoitar ou fazer manutenção de seus veículos

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(a) CESAR SELEME - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoioamento:

Algaci Tulio, Tiago Amorim, Luiz Carlos Alborghetti, Cleiton Kielse, Renato Gaúcho, Antonio Baratter, Braz Palma e Edson Guimarães.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 143/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da CPI - Roubo de Cargas, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 143/2000

P A R E C E R :

De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, o projeto de lei em questão objetiva autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná.

Ao passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça, a matéria veio a receber Parecer Favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações, ao ser chamada a opinar, em conformidade com o artigo 33, § 6º do Regimento Interno vem fazê-lo, enfatizando o mérito de tal propositura trazer maior segurança e estruturação para que os motoristas e familiares possam pernoitar ou fazer manutenção de seus veículos também.

Favorável, é o Parecer!

Sala das Comissões, em 31.05.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, queria tão somente fazer com que aqueles deputados que não estiveram hoje pela manhã quando nós tivemos a honra de receber nesta Casa ilustres deputados de Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, bem como o presidente do Crecenea que compõem, as seis províncias limítrofes ao Brasil e fizeram aqui neste Plenário uma reunião memorável aonde o secretário de Estado aqui veio mostrar parte do trabalho realizado pelo Estado do Paraná, como também o presidente da Comec de Curitiba tratando das re-giões metropolitanas de todo o Brasil, demonstrando de que o governo federal não se interessa, não ajuda e nem apoia as regiões metropolitanas nem de Curitiba e nenhuma do nosso território nacional e tivemos ainda a demonstração através da palavra do presidente do Crecenea o interesse da Argentina a cada dia mais permanecer no Mercosul, ampliá-lo com os outros países co-irmãos porque é a única maneira pela qual nós, Estados do Sul, nós nação brasileira e nós da América do Sul haveremos de sobreviver com a concorrência do Nafta dos Estados Unidos e do Comércio Comum Europeu, agora eles tentando antecipar o Alca, que é a Aliança das Américas em todo o planeta.

Não desejamos, senhor presidente, e tivemos a certeza naqueles parlamentares que aqui estiveram, nós não estamos em condições ainda de competitividade, de produção e principalmente de industrialização com os grandes países deste mundo. Se o Brasil entrar agora no Alca nós teremos prejuízos enormes, não só a nossa indústria, nem tão somente o nosso comércio, mas principalmente a população brasileira e aqui foi demonstrado pelos nossos irmãos argentinos. Queria que ficasse hoje registrado nos Anais desta Casa um voto de cumprimento ao ex-presidente, presidente da Assembléia de Santa Catarina, que hoje transmitiu ao nosso presidente Nelson Justus que a partir de hoje tem a incumbência de nos representar junto aos quatro parlamentares, junto ao Codesul e junto ao Mercosul.

Era isto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Presidência, deputado Luiz Carlos Zuk, vale-se inclusive do registro de Vossa Excelência para transmitir ao presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Nelson Justus, os cumprimentos e a satisfação, orgulho de todos nós que compomos esta Casa pela sua assunção no dia de hoje ao cargo de Presidente do Parlasul, órgão importante do parlamento do sul do Brasil, que como disse Vossa Excelência além de congregar os Estados do sul, congrega também províncias do vizinho país da Argentina com quem temos muito a ver, por sermos Estados limítrofes com decorrência inclusive do Mercosul.

E registrar aqui, senhor presidente, senhores parlamentares, de que a Assembléia do Estado do Paraná, com o seu trabalho e a postura de seus membros, neste

momento, detém no País, o presidente da União Nacional de Legislativos, na figura do deputado Orlando Pessuti. E detém também o presidente do Parlasul, do Parlamento do Sul do País, na figura do nosso presidente Nelson Justus.

Acho que isso é motivo de regozijo e de responsabilidade, a Assembléia Legislativa do Paraná, que destaca-se, indiscutivelmente, entre uma das melhores do País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.